

CIBEC/INEP



B0028226

ME K0111
ME K051

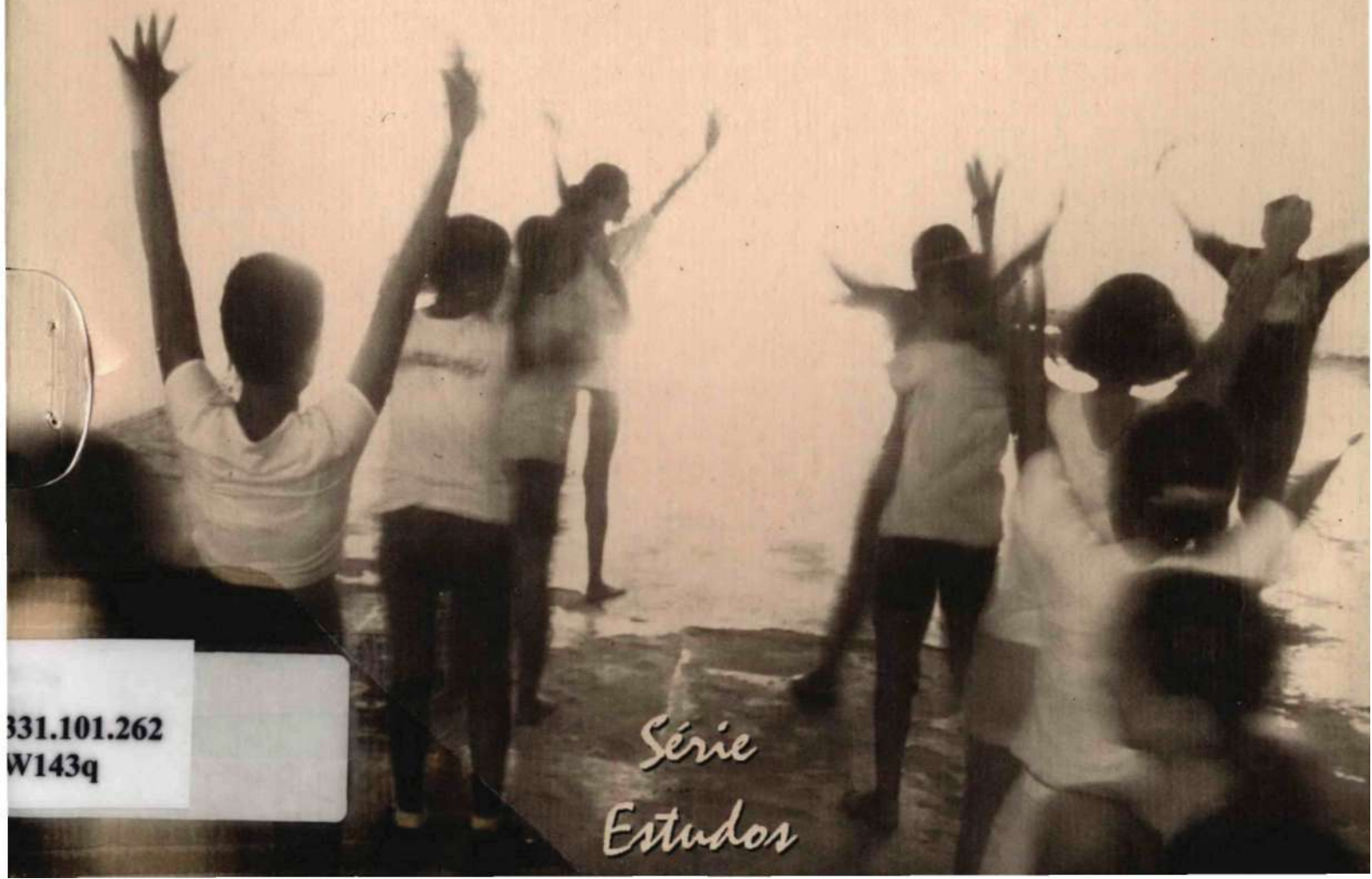
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PROJETO NORDESTE
PROJETO FUNDESCOLA**

ISSN 1415-238X

QUALIDADE E RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Jacobo Waiselfisz

Brasília, 2000



331.101.262
W143q

*Série
Estudos*

QUALIDADE E RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Projeto Nordeste/FUNDESCOLA
Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais

PRESIDENTE DA REPUBLICA
Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Paulo Renato Souza

SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL
Iara Glória Areias Prado

PROGRAMA FUNDESCOLA
DIRETOR GERAL
Antônio Emílio Sendim Marques

COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÕES ESCOLARES
Karla Motta Kiffer

Série Estudos

A SÉRIE ESTUDOS apresenta ensaios e pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Nordeste e do FUNDESCOLA. As principais informações levantadas visaram ao desenvolvimento de políticas para a melhoria da qualidade da educação no Nordeste brasileiro. As conclusões e interpretações expressas nesta publicação demonstram as opiniões dos autores e não exprimem, necessariamente, a posição e as políticas do Ministério da Educação, do Projeto de Educação Básica para o Nordeste, do FUNDESCOLA, do Banco Mundial e do Unicef.

Esta obra foi editada e publicada para atender a objetivos do Projeto de Educação Básica para o Nordeste e do FUNDESCOLA, em conformidade com os Acordos de Empréstimo Números 3604 BR e 3663 BR com o Banco Mundial.
Todos os direitos reservados.
Projeto de Educação Básica para o Nordeste — MEC/BIRD

QUALIDADE E RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Jacobo Waiselfisz

BRASÍLIA, 2000

© 2000 Projeto Nordeste/FUNDESCOLA
Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida desde que citada a fonte
e obtida autorização do Projeto Nordeste/FUNDESCOLA - MEC/BIRD.

Série Estudos, Nº 14

Waiselfisz, Jacobo

Qualidade e recursos humanos nas escolas. -Brasília:
FUNDESCOLA/MEC, 2000

63 p. (Série estudos, n. 14)

1. Qualidade da educação 2. Docente 3. Recursos Humanos
4. Escola pública I. Título II. FUNDESCOLA III. MEC

CDD 371.14

FUNDESCOLA
Via N1 Leste, Pavilhão das Metas
Brasília-DF - 70150-900
Fone: 316-2908 - Fax: 316-2910
mensagcns@fundescola.org.br

Edição de Texto
Projeto Gráfico

Edição Eletrônica
Iranilde Rego

Capa
Alexandre Dunguel Pereira
IMPRESSO NO BRASIL

PREFÁCIO

O FUNDESCOLA, do Ministério da Educação, para fundamentar sua programação, efetua, sistematicamente, o Levantamento da Situação Escolar - LSE, que abrange todas as escolas públicas do ensino fundamental regular nos municípios que integram as zonas de atendimento prioritário - ZAP (microrregiões do IBGE) das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. São levantadas todas as escolas, independentemente de sua esfera administrativa (estadual ou municipal) ou zona de localização (urbana ou rural).

Em 1997, o LSE foi aplicado em 4.304 escolas dos 80 municípios componentes das microrregião das capitais das regiões Norte e Centro-Oeste (ZAP-1). Em 1998, foram pesquisadas outras 9.226 escolas de outros 167 municípios, que compõem a ZAP-1 da região Nordeste (66 municípios - 9 estados) e a ZAP-2 das regiões Norte e Centro-Oeste, excetuando-se, neste caso, Amapá e Roraima.

O presente estudo pertence a um conjunto de investigações realizadas com o objetivo de subsidiar o aprimoramento dos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas atualmente adotados pelo FUNDESCOLA, que associam dados do LSE aos do SAEB 97 e buscam verificar em que medida aspectos físicos da escola, a disponibilidade dos materiais didáticos, a organização escolar e a composição dos recursos humanos influenciam diretamente no rendimento do aluno.

O Programa FUNDESCOLA, MEC, o BIRD e o PNUD agradecem a dedicação e o empenho do pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, autor desta publicação.

Antônio Emílio Sendim Marques
Diretor Geral do Programa FUNDESCOLA

SUMÁRIO

	RESUMO. . . .	9
	ABSTRACT. . . .	10
1	INTRODUÇÃO	11
2	DIREÇÃO E GESTÃO ESCOLAR. . . .	13
3	PROFESSOR	27
3.1	SITUAÇÃO TRABALHISTA DO PROFESSOR. . . .	30
3.2	ESCOLARIDADE DO PROFESSOR. . . .	36
3.3	CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR. . . .	43
3.4	EXPERIÊNCIA DOCENTE. . . .	49
4	OUTROS RECURSOS HUMANOS. . . .	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS. . . .	60
	BIBLIOGRAFIA. . . .	63

RESUMO

Com o uso das bases de dados do Levantamento da Situação Escolar - LSE, do FUNDESCOLA/MEC, e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, procurou-se realizar uma descrição das características individuais e profissionais das diversas categorias de recursos humanos que atuam nas unidades escolares, além de verificar o comportamento de alguns indicadores de gestão escolar, para associar tais características com os resultados obtidos pelas escolas em termos de aproveitamento curricular de seus alunos.

Para diretores e professores, níveis de escolarização formal mais elevados encontram-se positivamente associados a melhor desempenho dos alunos - salvo a pós-graduação, que apresenta resultados ora positivos, ora negativos. Esse comportamento oscilante também acontece com a certificação pedagógica - habilitação para o magistério no nível médio e licenciatura no superior.

A formação específica do diretor na área de administração escolar, a participação de diretores e professores em processos de capacitação ou treinamento, em áreas diretamente ligadas a seu campo de atuação, também aparecem com baixa ou nula incidência sobre o desempenho escolar dos alunos.

A experiência do professor na área de magistério, se tendencialmente encontra-se positivamente associada ao desempenho dos alunos nas redes estadual e municipal de ensino, não se confirma na rede particular, na qual são os professores menos experientes os que apresentam melhores resultados.

Com referência a mecanismos de seleção da direção, foi possível verificar que procedimentos universalísticos e democráticos (eleição, concurso público, etc.) apresentam-se como estratégias que originam melhores resultados que mecanismos particularistas (indicação de técnicos ou políticos) de preenchimento do cargo. Também a existência de projeto pedagógico da escola e a participação dos diversos setores da comunidade escolar em sua formulação aparecem como elementos que contribuem significativamente para o desempenho do aluno. Mas a existência de conselhos escolares e os setores que deles participam não aparecem como possível fonte de melhoria da qualidade escolar. Também foi possível verificar uma forte associação positiva entre repasses financeiros diretos às escolas e desempenho dos alunos.

ABSTRACT

Using the databases of *the* FUNDESCOLA/MEC School Status Surveys (LSE) and of the National System of Evaluation of Basic Education (SAEB), individual and professional characteristics of the various categories of human resources in the schools were described and performance on certain school administration Indicators measured, in order to correlate these characteristics with the results obtained by the schools in terms of student educational achievement.

For principals and teachers, higher levels of formal schooling are positively associated with improved student performance (except for post-graduate study, the results of which are sometimes positive and sometimes negative). This oscillating phenomenon also occurs with certification (the elementary teaching certificate, offered at the high school level; and the specialized secondary teaching certificate, offered at the undergraduate level).

A school administration major for principals, as well as participation of principals and teachers in training or capacity building in áreas directly tied to their fields of activity, also have little or no impact on student educational performance.

While there does exist a trend for teacher's experience in the teaching profession to be positively associated with student performance in the state and municipal schools, this is not the case in private schools, where it is the less experienced teachers who show better results.

With reference to selection methods for principals, it was found that universalistic and democratic procedures (election, public competition, etc.) are strategies that produce better results than particularistic mechanisms (appointment by technical personnel or politicians) for filling openings. Furthermore, the existence of a school teaching plan and the participation of the diverse sectors of the school community in its formulation stand out as elements that contribute significantly to student performance. However, the existence of school councils and *the* sectors that participate in them do not show up as a possible source of improved scholastic quality. A strong positive association between direct financial disbursements to the schools and student performance was found.

1 INTRODUÇÃO

A realização do presente trabalho responde a três finalidades básicas:

(a) em primeiro lugar, realizar uma descrição das características individuais e profissionais dos diversos recursos humanos que operam nas unidades escolares;

(b) em segundo lugar, verificar o comportamento de alguns indicadores de gestão das escolas; e, por último,

(c) associar as características dos recursos humanos e das modalidades de gestão com os resultados obtidos sobre o desempenho escolar dos alunos.

Uma das bases de dados utilizada ao longo do trabalho foi o Levantamento da Situação Escolar - LSE, do FUNDESCOLA/MEC. O LSE foi realizado, até o presente, em duas oportunidades: no ano de 1997, abrangendo 4.304 prédios escolares de 80 municípios pertencentes a 10 unidades federadas das regiões Norte e Centro-Oeste; e, em 1998, quando foram trabalhados 9.226 prédios de mais 167 municípios (não analisados no levantamento de 1997) de 17 UF das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Também foram utilizadas as bases de dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB do ano de 1997, tanto para a descrição das características dos recursos humanos existentes nas escolas e das situações referentes à gestão escolar quanto para verificar-se em que medida a presença de tais características originam diferenças de desempenho acadêmico nas escolas analisadas.

O SAEB, naquele ano, aplicou diversas baterias de testes a alunos, além de questionários dirigidos a alunos, professores, diretores e um formulário descritivo das características físicas das unidades escolares. Segundo o relatório do SAEB/97,¹ foram aplicados testes padronizados de português, matemática e ciências a 126.935 alunos da 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e testes de física, química, biologia, português e matemática a 40.261 alunos do ensino médio. Também foram aplicados questionários a 13.267 professores e 2.302 diretores, caracterizando 1.933 escolas públicas e privadas das 27 unidades federadas do país.

Alguns dos conceitos utilizados ao longo do trabalho serão esclarecidos a seguir:

(1) *Proficiência Observada*. Indicador de qualidade do ensino, consiste no desempenho demonstrado nos testes aplicados pelo SAEB/97, ponderados numa escala contínua que vai de 100 a 500 pontos. Se o objeto de análise é o professor da 4^a série, a proficiência observada refere-se à média de sua turma nas três disciplinas testadas. Para a 8^a série, por se tratar de professores diferentes, a proficiência observada resulta da média obtida pela turma em cada disciplina. Se o objeto de análise é o diretor, ou as características da gestão da escola, tanto para a 4^a quanto para a 8^a série é obtida a média de todos os alunos nas três disciplinas.

¹ SAEB97. Primeiros Resultados. Brasília, MEC/INEP, 1998.

(2) *Nível Educacional Familiar - NEF* do Aluno. Nível de escolaridade dos pais dos alunos testados pelo SAEB/97. É utilizado, no contexto do presente trabalho, como *proxy* do nível sócio-econômico do grupo familiar. Junto com o caderno de teste, a amostra de alunos do SAEB/97 respondeu também a um questionário que indagava sobre a escolaridade do pai e da mãe, com as seguintes categorias:

- (a) Nunca frequentou escola.
- (b) Ensino fundamental (1ª grau) 1ª à 4ª série.
- (c) Ensino fundamental (1º grau) 5ª à 8ª série.
- (d) Ensino médio (2º grau).
- (e) Superior.
- (f) Pós-graduação.
- (g) Não sei.

Para se construir a escala NEF, é atribuído valor zero a "nunca frequentou escola", agregando-se 1 ponto por cada nível educacional obtido pelos pais do respondente. Assim, ensino fundamental de 1ª a 4ª série representou 1 ponto, até pós-graduação, com 5 pontos. No caso de existir informação sobre ambos os pais, é obtida a média. No caso de informação de só um dos pais, é essa a utilizada. Os casos sem informação são excluídos. Para as análises referentes ao professor da 4ª série, é utilizada a média NEF de todos os seus alunos; para os professores da 8ª série, a média NEF dos alunos que responderam à prova da disciplina ministrada pelo professor. Para as análises da direção e da gestão escolar, é utilizada a média de todos os alunos que responderam ao questionário.

Um fenômeno que exige cuidados especiais é o da estreita relação existente entre o aproveitamento curricular dos alunos e sua origem social. Correlacionando-se as médias de cada unidade escolar trabalhada na amostra do SAEB/97, é possível verificar a forte associação que existe entre a proficiência observada da escola e o nível educacional dos alunos que a frequentam:

Tabela 1.1
Coefficientes de Correlação entre Proficiência Observada e
Nível Educacional Familiar Médio das Escolas

Dep. Administrativa	4ª Série	8ª Série
Estadual	0,692	0,757
Municipal	0,526	0,716
Particular	0,859	0,786
Total	0,821	0,873

Fonte: SAEB/97.

A força dessa associação exigiu que fossem adotados mecanismos preventivos para se controlar os possíveis efeitos do nível educacional familiar nos diversos resultados escolares analisados. Por tal motivo, sempre que determinados fenômenos ou situações escolares são associados com a proficiência demonstrada pelos alunos nas provas do SAEB/97, tenta-se controlar, estatisticamente, a possível incidência do nível educacional familiar dos alunos nessa relação. Os mecanismos utilizados são basicamente dois:

(a) se a variável que se tenta associar com a proficiência dos alunos (escala intervalar) também é expressa em escala intervalar, são utilizadas técnicas de correlação parcial; e

(b) se a segunda variável é nominal, categorial ou dicotômica, são estimados os parâmetros da reta de regressão para cada série e disciplina para cada uma das redes estudadas. Com base nesses parâmetros, estima-se a proficiência ajustada, tomando-se como base a média NEF de cada série/disciplina. Noutras palavras, é calculada, estatisticamente, a proficiência de cada categoria da escala nominal, se todas elas possuem o mesmo NEF.

2 DIREÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

As bases de dados do LSE 97/98 permitem o traçado do seguinte panorama sobre a existência de um cargo formal de direção nas escolas da área trabalhada nos levantamentos. A tabela 2 permite verificar-se que, nessa área, 54,2% do total de escolas públicas contam com diretor. Mas as variações regionais e estaduais são muito largas. No nível regional, enquanto no Nordeste 85,1% dos prédios escolares contam com direção, no Centro-Oeste são 60,6%, e, na região Norte, só 29,9%.

Na rede estadual, 80% das escolas contam com direção, mas, na região Norte, só 59,6%. Já no Nordeste são 97,7%, e, no Centro-Oeste, 94,6%.

Na rede municipal, as taxas são relativamente menores, caindo para quase a metade das da rede estadual: 40,8%. Exceção nesse panorama é Roraima, onde 100% das escolas municipais contam com diretor.

A tabela 2.1 detalha o nível de escolaridade dos diretores que responderam ao questionário do SAEB/97. Por esses dados, é possível apreciar que 87,3% dos alunos da 4ª série e 97% dos alunos da 8ª série estudam em escolas cujos diretores completaram estudos superiores. Esses elevados índices devem ser pouco afetados pelas características da amostra: exclusão de escolas rurais multisseriadas e de escolas rurais da região Norte do país, dado que poucas dessas escolas apresentam formalmente cargo de diretor.

Nessa mesma tabela, os dados apontam:

(a) maior nível de escolaridade dos diretores da rede particular de ensino, na qual quase 95% dos alunos da 4ª série têm diretor com estudos superiores, e 32,4%, com pós-graduação, ocorrendo igual situação com os alunos da 8ª série; e

(b) menor nível de escolaridade dos diretores da rede municipal de ensino, com 77,5% de seus alunos da 4ª série e 94,9% dos da 8ª estudando com diretores que completaram estudos superiores.

Tabela 2
Escolas com Direção segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	Porcentagem de Escolas com Direção				Total
				Dep. Administr.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	0,3	1,4	30,3	14,0	95,9	7,7	22,8
AM	1.424	0,3	1,1	92,9	18,5	92,6	7,7	31,7
AP	280	0,7	1,1	65,9	54,4	96,2	43,7	63,6
PA	1.774	0,6	1,8	77,4	20,3	85,0	4,7	32,8
RO	1.203	0,3	1,7	51,8	5,9	89,9	3,8	16,5
RR	211	0,6	1,4	37,4	100,0	94,0	14,6	39,8
TO	644	0,4	1,2	83,2	20,4	90,5	6,9	34,3
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>0,4</i>	<i>1,4</i>	<i>59,6</i>	<i>16,9</i>	<i>89,9</i>	<i>7,6</i>	<i>29,9</i>
AL	270	1,9	2,2	100,0	76,1	98,0	52,8	85,9
BA	921	1,7	1,8	98,4	93,4	98,4	77,7	95,4
CE	771	1,8	2,0	98,3	83,4	97,4	65,9	88,1
MA	304	1,9	1,9	98,6	98,7	99,4	97,9	98,7
PB	362	2,3	2,4	98,2	89,8	98,3	71,9	93,6
PE	768	1,6	1,7	98,3	90,4	98,3	52,1	94,0
PI	753	0,7	1,5	97,9	27,7	96,2	12,8	45,2
RN	237	1,8	1,9	99,3	97,0	98,6	94,1	98,3
SE	212	1,2	1,3	85,6	94,7	90,8	82,1	89,6
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>1,6</i>	<i>1,9</i>	<i>97,7</i>	<i>76,9</i>	<i>97,6</i>	<i>50,2</i>	<i>85,1</i>
GO	1.179	0,6	1,0	91,9	46,2	91,0	16,6	61,7
MS	298	0,7	1,2	98,8	50,9	88,8	30,5	63,8
MT	591	0,6	1,0	98,9	39,6	94,9	18,7	57,0
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>0,6</i>	<i>1,0</i>	<i>94,6</i>	<i>45,0</i>	<i>91,7</i>	<i>19,3</i>	<i>60,6</i>
Total	13.047	0,9	1,6	80,5	40,8	94,4	16,8	54,2

Fonte: I.S.E.97/98

* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que têm direção.

Tabela 2.1
Porcentagem de Alunos da 4ª e da 8ª Série
segundo Escolarização do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	Alunos da 4ª Série				Alunos da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Ensino fundamental – 4ª série	0,3	0,1		0,2		0,1		
Ensino fundamental – 8ª série		0,4		0,1				
Ensino médio – magistério	6,8	16,2	4,3	9,6	2,8	4,1	0,3	2,6
Ensino médio – outros	1,3	5,7	1,0	2,7	0,2	0,8	0,6	0,4
Superior – licenciatura	52,3	38,3	35,0	45,5	52,5	52,3	33,9	49,6
Superior – outros	19,4	12,6	27,3	18,1	10,4	18,7	25,7	14,1
Pós-graduação	19,9	26,6	32,4	23,7	34,1	23,9	39,5	33,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SAEB/97.

As tabelas 2.2 e 2.3 detalham, respectivamente, a proficiência resultante das provas aplicadas pelo SAEB e o nível educacional familiar dos alunos para os diversos níveis de escolarização dos diretores. Verifica-se que:

(c) em geral, nas duas séries pesquisadas e em todas as redes, aumenta a proficiência observada com o incremento do nível de escolaridade do diretor da escola;

(d) esse incremento é bem menos claro para o caso da pós-graduação, que tem comportamento relativamente aleatório, ora apresentando melhores resultados que a graduação (4ª série, redes estadual e particular; 8ª série, rede particular), ora piores resultados (4ª série, rede municipal; 8ª série, redes estadual e municipal);

(e) também para cada nível de escolaridade do diretor, a contribuição da especialização pedagógica (habilitação magistério no ensino médio e licenciatura no ensino superior) comporta-se de forma pouco clara, ora com melhores resultados, ora com piores, no mesmo nível de formação; e

(f) outra situação que a tabela 2.3 permite registrar é a tendência de diretores mais graduados gerirem escolas de melhor nível educacional familiar.

Tabela 2.2
Proficiência Observada dos Alunos da 4ª e da 8ª Série
segundo Nível de Escolarização do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	Proficiência da 4ª Série				Proficiência da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Ensino fundamental – 4ª série	152	139		149	191	249		214
Ensino fundamental – 8ª série		145		145				
Ensino médio – magistério	163	155	206	161	241	217	282	236
Ensino médio – outros	161	159	170	160	233	223	260	236
Superior – licenciatura	170	172	223	176	243	236	295	247
Superior – outros	181	177	216	187	243	257	287	258
Pós-graduação	185	165	228	185	242	243	298	252
Total	174	167	222	178	242	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 2.3
Nível Educacional Familiar dos Alunos da 4ª e da 8ª Série segundo
Nível de Escolarização do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	NEF da 4ª Série				NEF da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Ensino fundamental – 4ª série	1,98	2,05		1,99	1,87	2,42		2,08
Ensino fundamental – 8ª série		2,03		2,03				
Ensino médio – magistério	2,47	2,29	3,53	2,43	2,76	2,11	3,71	2,61
Ensino médio – outros	2,62	2,23	3,42	2,39	3,11	2,22	3,40	2,86
Superior – licenciatura	2,74	2,73	4,34	2,89	2,89	2,70	4,44	3,02
Superior – outros	2,79	3,01	4,21	3,11	3,01	3,00	4,61	3,46
Pós-graduação	3,11	2,67	4,53	3,20	2,99	2,82	4,56	3,26
Total	2,79	2,65	4,33	2,94	2,93	2,75	4,52	3,15

Fonte: SAEB/97.

Dada a estreita relação entre o desempenho do aluno e seu nível familiar, como já foi indicado na introdução, foi necessário controlar o efeito do nível educacional familiar das escolas sobre o "desempenho" da direção. A tabela 2.4 detalha os resultados do ajuste realizado, "igualando" estatisticamente a proficiência para o nível educacional familiar médio de cada rede.

Tabela 2.4
Proficiência Ajustada por NEF segundo Nível de Escolarização
do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	Proficiência Ajustada 4ª Série				Proficiência Ajustada 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Ensino fundamental – 4ª série	152	139		149	212	257		244
Ensino fundamental – 8ª série		145		145				
Ensino médio – magistério	163	155	206	161	245	232	306	250
Ensino médio – outros	161	159	170	160	229	236	294	244
Superior – licenciatura	170	172	223	176	244	237	297	251
Superior – outros	181	177	216	187	241	251	284	250
Pós-graduação	185	165	228	185	241	241	296	249

Fonte: SAEB/97.

Pela tabela 2.4, já ajustada a proficiência, podemos observar:

(a) os diferenciais de proficiência dos diversos níveis de formação do diretor são bem menos fortes e claros;

(b) a pós-graduação apresenta, em muitos casos, até efeitos negativos;

(c) a licenciatura, no nível superior, pouco ou nada parece contribuir para o melhor desempenho do aluno; e

(d) a habilitação magistério do ensino médio, em diversos casos, possibilita a obtenção de escores bem mais elevados do que ensino superior e/ou pós-graduação.

Também resulta de interesse indagar se a formação específica do diretor em administração escolar contribui, de alguma forma, para o melhor desempenho da escola.

Cerca de 50% dos alunos, tanto da 4ª quanto da 8ª série, estudam em escolas cujos diretores possuem, seja na graduação, seja na pós-graduação, formação específica (tabela 2.5). Destaca-se, com graduação específica, a 4ª série da rede estadual e, com pós-graduação, os diretores da rede particular de ensino.

Ajustada a proficiência pelo nível educacional familiar dos alunos, é possível observar que, salvo na rede particular de ensino, tanto a graduação quanto a pós-graduação específica do diretor pouco ou nada agregam ao desempenho da escola.

Tabela 2.5
Porcentagem de Alunos da 4ª e da 8ª série segundo
Formação Específica em Administração Escolar
do Diretor por Dependência Administrativa

Formação Específica do Diretor	Alunos da 4ª Série				Alunos da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Não tem	42,9	68,4	28,4	49,4	54,6	67,1	27,9	52,5
Graduação	51,6	26,5	43,6	42,4	38,9	31,1	44,9	38,6
Pós-graduação	5,5	5,1	28,0	8,2	6,5	1,8	27,3	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SAEB/97.

Tabela 2.6
Proficiência Observada dos Alunos da 4ª e da 8ª Série
segundo Formação Específica em Administração Escolar
do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	Proficiência da 4ª Série				Proficiência da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Não tem	175	165	213	173	244	242	289	247
Graduação	176	173	222	181	240	239	294	249
Pós-graduação	164	161	230	192	249	240	298	272
Total	174	167	222	178	242	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Tabela 2.7
Nível Educacional Familiar dos Alunos da 4ª e da 8ª Série
segundo Formação Específica em Administração Escolar
do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	NEF da 4ª Série				NEF da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Não tem	2,82	2,59	4,19	2,82	2,92	2,75	4,37	3,00
Graduação	2,77	2,78	4,29	2,97	2,96	2,76	4,58	3,22
Pós-graduação	2,93	2,65	4,53	3,56	2,87	2,62	4,60	3,68
Total	2,79	2,65	4,33	2,94	2,93	2,75	4,52	3,15

Fonte: SAEB/97.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 2.8
Proficiência Ajustada segundo Nível de Escolarização
do Diretor por Dependência Administrativa

Escolarização do Diretor	Proficiência Ajustada 4ª Série				Proficiência Ajustada 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Não tem	174	166	218	177	244	241	294	251
Graduação	176	171	223	180	239	238	292	247
Pós-graduação	162	161	224	175	250	243	296	257
Total	174	167	222	178	242	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Também pesquisou-se a participação do diretor em cursos de capacitação, treinamento ou atualização na área educacional, entre 1995 e 1997. Os resultados do processamento desses dados encontram-se detalhados nas tabelas 2.9 a 2.12. Praticamente 90% dos alunos estudam com diretores que tiveram algum tipo de reciclagem entre 1995 e 1997, com uma proporção levemente superior para a rede estadual de ensino.

Se praticamente não se observam diferenças de desempenho entre os que participaram e os que não participaram (tabela 2.10), ao se ajustarem os resultados pelo NEF dos alunos (tabela 2.12) é possível detectar pequena diferença de desempenho favorável aos diretores que tiveram algum tipo de atualização.

Tabela 2.9
Porcentagem de Alunos da 4ª e da 8ª Série segundo Participação
do Diretor em Capacitação/Treinamento entre 1995 e 1997
por Dependência Administrativa

Treinamento/ Capacitação	Alunos da 4ª Série				Alunos da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Participou	93,9	86,6	80,3	89,9	91,6	71,1	83,3	87,2
Não participou	6,1	13,4	19,7	10,1	8,4	28,9	16,7	12,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SAEB/97.

Tabela 2.10
Proficiência Observada dos Alunos da 4ª e da 8ª Série segundo Participação
do Diretor em Capacitação/Treinamento entre 1995 e 1997
por Dependência Administrativa

Treinamento/ Capacitação	Proficiência Ajustada 4ª Série				Proficiência Ajustada 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Participou	175	168	226	178	242	241	297	250
Não participou	174	163	213	178	242	244	278	250
Total	174	167	222	178	242	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Tabela 2.11
Nível Educacional Familiar dos Alunos da 4ª e da 8ª Série segundo
Participação do Diretor em Capacitação/Treinamento entre 1995 e 1997
por Dependência Administrativa

Treinamento/ Capacitação	NEF da 4ª Série				NEF da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Participou	2,78	2,62	4,45	2,91	2,94	2,71	4,56	3,15
Não participou	3,08	2,83	4,09	3,21	2,82	2,92	4,35	3,16
Total	2,79	2,65	4,33	2,94	2,93	2,75	4,52	3,15

Fonte: SAEB/97.

Tabela 2.12
Proficiência Ajustada segundo Participação do
Diretor em Capacitação/Treinamento entre 1995 e 1997
por Dependência Administrativa

Treinamento/ Capacitação	Proficiência da 4ª Série				Proficiência da 8ª Série			
	Estad.	Munic.	Partic.	Todas	Estad.	Munic.	Partic.	Todas
Participou	175	168	223	179	242	242	296	250
Não participou	168	160	220	171	244	240	284	250
Total	174	167	222	178	242	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Além de informações individuais, o formulário do diretor do SAEB/97 continha questões relativas à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. Desse conjunto de itens, foram selecionados alguns diretamente ligados às propostas do FUNDESCOLA.

Uma dessas questões abordava o mecanismo de designação do diretor da escola. A diversidade de situações existentes encontra-se detalhada na tabela 2.13, na qual é possível verificar várias diferenças tanto entre as redes quanto entre as séries (o que estaria a refletir situações diferenciais entre os denominados primeiro grau menor e maior). Tratando-se da 4ª série:

(a) na rede estadual predominam ainda os esquemas de indicação, seja direta (indicação de técnicos ou políticos), seja indireta (por meio da chamada "análise e seleção de currículo", uma espécie de mecanismo de seleção interno das secretarias). A essas três categorias estão sujeitos quase 60% dos alunos da 4ª série da rede estadual;

(b) surpreende o elevado volume de diretores da rede estadual indicados por políticos: 1 de cada 4 alunos da 4ª série (25%) da rede estadual estuda com esse tipo de direção. A proporção, na rede municipal, é um pouco inferior: 17%;

(c) a rede estadual tem 40% de seus alunos que estudam com diretores designados mediante critérios universalísticos ou democráticos (concurso, eleição), enquanto as municipais têm 60,7% (deve-se lembrar que o SAEB/97 não trabalhou com escolas rurais multisseriadas e escolas rurais da região Norte, pelo que esses percentuais poderiam ter algum ajuste, mas não muito significativo, pelo baixo número de alunos dessas escolas); e

SÉRIE ESTUDOS

(d) a eleição pela comunidade escolar é o mecanismo mais significativo da rede municipal (48,1% dos estudantes). Já na rede estadual essa proporção é bem menor: 22,9%.

Já para alunos da 8¹ série:

(a) aumenta a proporção de alunos que estudam em escolas nas quais a direção é eleita pela comunidade, tanto na rede estadual quanto na municipal. Nesta última, é o mecanismo adotado por escolas em que estudam 55% dos alunos;

(b) concomitantemente, diminuem as situações nas quais o diretor é indicado por políticos ou por técnicos, principalmente na rede estadual de ensino; e

(c) na rede estadual é observável significativo incremento do concurso público.

Tabela 2.13
Porcentagem de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
segundo Mecanismos de Designação do Diretor
por Série e Dependência Administrativa

Mecanismos de Designação do Diretor	Proporção de Alunos				Proficiência			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Estad.	Munic.	Estad.	Munic.	Estad.	Munic.	Estad.	Munic.
Concurso público	1,1	5,3	16,3	1,9	159	180	251	228
Prova seletiva e eleição	13,9	6,2	11,7	5,1	200	170	249	254
Eleição por colegiado	2,2	1,1	1,9	9,2	169	169	238	244
Eleição pela comunidade escolar	22,9	48,1	34,1	54,9	174	168	242	247
Análise e seleção de currículo	17,9	7,1	15,3	4,2	171	174	230	236
Indicação de técnicos	25,1	17,0	14,3	13,8	170	164	242	225
Indicação de políticos	16,9	15,3	6,4	10,9	166	158	244	225
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	174	167	242	240

Mecanismos de Designação do Diretor	NEF				Proficiência Ajustada			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Estad.	Munic.	Estad.	Munic.	Estad.	Munic.	Estad.	Munic.
Concurso público	2,53	2,79	3,22	2,57	165	177	246	233
Prova seletiva e eleição	3,25	3,10	3,10	3,16	191	167	246	244
Eleição por colegiado	2,81	2,73	2,61	2,76	169	167	245	243
Eleição pela comunidade escolar	2,89	2,71	2,85	2,89	172	167	244	243
Análise e seleção de currículo	2,56	2,74	2,79	2,39	175	172	233	245
Indicação de técnicos	2,68	2,40	2,92	2,54	172	167	242	230
Indicação de políticos	2,73	2,43	2,86	2,33	167	161	246	235
Total	2,79	2,65	2,93	2,75	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

Na análise dos resultados desses diversos mecanismos, constata-se que não existe padrão bem definido:

(a) as diferenças de resultados entre os diversos mecanismos de seleção da direção são bem mais marcadas na 4ª série do que na 8ª; parece haver aqui uma certa "indiferença" perante o mecanismo de seleção adotado;

(b) na 4^a série da rede estadual, a prova seletiva seguida de eleição mostra resultados bem mais expressivos que as restantes categorias, o que não acontece nem na rede municipal nem na 8^a série; resultados elevados resultam semelhantes aos de outros mecanismos; e

(c) os procedimentos mais universalistas e democráticos (eleição, concurso) tendem a obter melhores resultados que os particularistas (indicação). Assim, por exemplo, juntando-se as quatro primeiras categorias na 4^a série da rede estadual, obtém-se uma proficiência ajustada de 182 pontos, enquanto, nas três últimas, que indicam situações mais particularistas, obtém-se 169.

Uma outra questão, a de número 20 do questionário, indagava se a escola tinha desenvolvido projeto pedagógico no ano letivo. As alternativas de resposta foram:

(a) Sim, o projeto que a Secretaria de Educação ou o Conselho Estadual de Educação estabeleceu ou sugeriu.

(b) Sim, elaborado pela própria escola.

(c) Não.

A tabela 2.14, que detalha os resultados do processamento dessa questão, permite verificar-se que mais de 90% dos alunos estudam em escolas que tinham desenvolvido seu projeto pedagógico para esse ano letivo, tendo as escolas da rede estadual desenvolvimento levemente maior. Ajustados os dados de proficiência segundo o NEF dos alunos, verifica-se que escolas que não desenvolveram projeto pedagógico apresentam o menor desempenho, tanto na rede estadual quanto na municipal, e nas duas séries testadas. Já as escolas que adotaram ou adaptaram projeto estabelecido ou sugerido pela Secretaria de Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação encontram-se numa posição intermediária. As escolas que desenvolveram de forma autônoma seu projeto são as que apresentam os melhores resultados, chegando, como no caso da 4^a série da rede municipal, a apresentar um diferencial de quase 11% no desempenho curricular de seus alunos.

Mas não só é significativa a existência de projeto pedagógico na escola; também parece ter relevância a participação na sua elaboração. Nas duas redes de ensino, praticamente a metade dos alunos estuda em escolas em que o projeto é elaborado pelo que poderíamos denominar o *staff da* escola: direção, equipe técnica e professores (tabela 2.15).² Mas também é significativa a proporção de alunos em escolas nas quais os pais e funcionários também contribuem. E, pelos dados de proficiência ajustada na mesma tabela, é possível verificar-se que, tendencialmente, quanto mais amplo o leque de setores que participam do desenvolvimento do plano, melhor desempenho a escola apresenta, principalmente no primeiro grau menor.

² Deve ser observado que as alíneas da tabela são de tipo aditivo, isto é, a primeira alínea representa a direção; a segunda, a direção e a equipe técnica; a terceira, a direção, a equipe técnica e os professores, etc.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 2.14
Porcentagem de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
segundo Desenvolvimento do Projeto Pedagógico da Escola
por Série e Dependência Administrativa

Projeto Pedagógico da Escola em 1997	Proporção de Alunos				Proficiência			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Sugerido por Secretaria ou Conselho Estadual	32,3	33,5	36,8	20,2	168	163	239	234
Elaborado pela escola	62,3	58,3	60,4	68,4	178	171	245	245
Não teve projeto pedagógico	5,4	8,3	2,8	11,5	172	158	232	226
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	174	167	242	240

	NEF				Proficiência Ajustada			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Sugerido por Secretaria ou Conselho Estadual	2,6	2,5	2,9	2,5	170	165	241	241
Elaborado pela escola	2,9	2,8	3,0	2,9	177	172	245	243
Não teve projeto pedagógico	3,1	2,4	2,6	2,6	166	162	238	230
Total	2,8	2,6	2,9	2,8	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

Tabela 2.15
Porcentagem de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
segundo participação na Elaboração do Plano da Escola
por Série e Dependência Administrativa

Participaram na elaboração:	Proporção de Alunos				Proficiência			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Direção sozinha	0,1	1,3	0,7	0,8	148	150	236	214
+ Equipe técnica	3,0	9,2	6,0	7,2	160	157	235	231
+ Professores	47,5	54,0	45,3	49,8	175	168	242	245
+ Pais e alunos	17,9	11,4	12,8	18,7	174	171	235	239
+ Funcionários	31,4	24,1	35,3	23,4	177	169	248	238
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	174	166,98	242	240

	NEF				Proficiência Ajustada			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Direção sozinha	2,8	2,1	3,3	2,5	148	158	229	222
+ Equipe técnica	2,6	2,4	2,8	2,8	164	160	237	229
+ Professores	2,9	2,7	2,8	2,8	173	168	243	243
+ Pais e alunos	2,8	2,7	3,0	2,7	175	170	233	241
+ Funcionários	2,7	2,8	3,1	2,7	179	167	246	240
Total	2,8	2,6	2,9	2,8	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

Se para a preparação do projeto da escola a existência do projeto e a participação dos diversos setores da comunidade escolar aparecem como fatores claramente associados ao desempenho dos alunos, no caso da existência e composição do conselho escolar as evidências são contraditórias.

Efetivamente, a tabela 2.16 registra as respostas dadas pela direção às perguntas sobre o conselho escolar. Pode-se observar a larga incidência dos conselhos escolares: aproximadamente 90% dos alunos da rede estadual e 80% da municipal estudam em escolas que contam com conselho, sendo a grande maioria integrada por todos os setores da comunidade escolar - direção, professores, pais e alunos. Mas, apesar dessa forte presença, em muitos casos, escolas sem conselho obtêm melhores resultados que escolas com conselho, (como pode ser observado, por exemplo, na 8ª série do ensino municipal). Além disso, a participação ampliada dos diversos setores da comunidade escolar, tendencialmente, não aparece como fonte geradora de melhor desempenho dos alunos. Na 4ª série da rede estadual, por exemplo, escolas com conselhos em que participam todos os setores apresentam uma das menores médias de proficiência ajustada. Na 4ª série da rede municipal, praticamente não existem diferenças entre as diversas categorias. Na 8ª série da rede estadual, novamente a participação de todos os setores nos conselhos apresenta a menor média. Só na 8ª série da rede municipal os conselhos com participação ampla apresentam a maior média entre as escolas que possuem conselho, mais ainda inferior à média das escolas sem conselho.

Tabela 2.16
Porcentagem de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
segundo Existência de Conselho Escolar em 1997
por Série e Dependência Administrativa

Conselho de Escola	Proporção de Alunos				Proficiência			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Direção e professores	2,4	0,3	1,0	1,3	174	162	248	230
Direção, professores e pais	7,9	13,4	4,9	6,6	197	169	252	231
Direção, professores e alunos	0,6	1,4	0,3	1,0	179	161	258	220
Direção, professores, pais e alunos	78,4	63,2	82,7	70,6	170	168	242	241
Não existe	10,7	21,7	11,1	20,5	189	163	243	250
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	174	167	242	240
	NEF				Proficiência Ajustada			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Direção e professores	3,0	2,2	2,6	2,6	167	169	255	235
Direção, professores e pais	3,2	2,7	2,9	2,6	187	170	252	236
Direção, professores e alunos	2,9	2,9	3,1	2,3	176	158	254	232
Direção, professores, pais e alunos	2,7	2,7	2,9	2,8	170	168	242	241
Não existe	3,0	2,4	2,9	2,8	185	166	245	248
Total	2,8	2,6	2,9	2,8	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

SÉRIE ESTUDOS

Outro quesito contido nas bases do SAEB/97 relativo aos conselhos pode projetar alguma luz sobre a questão. Refere-se à periodicidade das reuniões dos conselhos escolares, e indica, de forma indireta, o caráter mais ou menos formal ou protocolar desses conselhos (só instrumento legal para a recepção dos repasses de recursos financeiros ou mecanismo atuante na gestão da escola). Pela tabela 2.17 é possível verificar-se que, na grande maioria dos casos - entre 86 e 96% -, as reuniões dos conselhos são mensais ou bimestrais, com forte tendência de queda do desempenho escolar dos alunos com a ausência de reuniões periódicas. Isto é, é possível verificar-se que conselhos atuantes, que se reúnem periodicamente, representam um fator positivo para o desempenho da escola.

Tabela 2.17
Porcentagem de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
segundo Frequência de Reuniões do Conselho Escolar em 1997
Por Série e Dependência Administrativa

Frequência	Proporção de Alunos				Proficiência			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Uma vez por mês	37,8	34,8	36,4	53,9	177	170	246	245
Uma vez por bimestre	52,0	51,1	59,5	32,4	173	169	241	230
Uma vez por semestre	8,5	6,2	3,0	6,9	151	159	236	238
Apenas uma vez	1,4	7,5	0,5	5,8	168	162	230	234
Nenhuma vez	0,3	0,3	0,6	1,1	160	155	244	235
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	174	167	242	240

Frequência	NEF				Proficiência Ajustada			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Uma vez por mês	2,8	2,8	3,0	2,9	176	170	245	243
Uma vez por bimestre	2,7	2,7	2,9	2,6	174	170	241	233
Uma vez por semestre	2,7	2,7	2,9	2,6	152	159	238	240
Apenas uma vez	2,7	2,7	2,9	2,5	169	163	230	240
Nenhuma vez	2,9	2,9	2,9	2,9	158	153	231	230
Total	2,8	2,8	2,9	2,8	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

As informações contidas nas bases de dados do SAEB/97 não permitem o aprofundamento da questão, mas, pela sua relevância, julgamos que deveriam ser programadas pesquisas específicas sobre o tema, que permitam maior leque de informações sobre o papel e as conseqüências dos conselhos escolares.

Outra questão refere-se às condições de autonomia financeira das escolas: foi perguntado, ao diretor, se a escola, no ano letivo de 1997, havia contado com repasse de recursos financeiros de diversas origens. A tabulação das respostas encontra-se na tabela 2.18.

Tabela 2.18
 Proporção de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
 segundo Existência de Fontes de Repasse de Recursos Financeiros
 por Série e Dependência Administrativa

	Recebe?	Proporção de Alunos				Proficiência			
		4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
		Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
MEC/FNDE	Sim	86,0	69,1	91,7	64,2	177	169	243	240
	Não	14,0	30,9	8,3	35,8	158	163	237	241
Secretaria de Educação	Sim	75,6	61,8	86,9	65,2	177	166	244	242
	Não	24,4	38,2	13,1	34,8	167	170	231	237
Captados junto à comunidade	Sim	28,6	43,0	39,1	49,6	189	175	248	243
	Não	71,4	57,0	60,9	50,4	169	162	239	237
Contribuições de alunos à APM	Sim	41,2	31,5	48,4	32,3	180	174	250	242
	Não	58,8	68,5	51,6	67,7	171	164	236	240
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	174	167	242	240

	Recebe?	NEF				Proficiência Ajustada			
		4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
		Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
MEC/FNDE	Sim	2,8	2,7	2,9	2,7	177	169	243	240
	Não	2,8	2,6	2,9	2,8	157	163	237	239
Secretaria de Educação	Sim	2,8	2,6	3,0	2,7	176	167	243	242
	Não	2,7	2,8	2,5	2,8	169	168	238	235
Captados junto à comunidade	Sim	3,0	2,8	3,0	2,8	184	173	246	242
	Não	2,7	2,6	2,9	2,7	171	163	240	238
Contribuições de alunos à APM	Sim	2,8	2,7	3,1	2,8	181	173	246	241
	Não	2,8	2,6	2,8	2,8	170	165	239	239
Total		2,8	2,6	2,9	2,8	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

A grande maioria dos diretores da rede estadual respondeu ter recebido recursos financeiros diretamente do FNDE/MEC (86% dos alunos da 4ª série e 91,7% dos da 8ª da rede estadual estudam em escolas que receberam). Já o mesmo não acontece com as rede municipal, na qual só 69,1% dos alunos da 4ª série e 64,2% dos alunos da 8ª tiveram esse benefício. Dado que o repasse de recursos financeiros diretamente às escolas é um benefício universal para a rede pública, é provável que muitas escolas municipais, por não terem ainda legalmente constituída sua unidade executora (condição para receber diretamente esses recursos), tenham recebido o dinheiro do FNDE/MEC de forma indireta, via secretaria ou órgão municipal de educação.

Também segundo os diretores, 75,6% dos alunos da 4ª série e 86,9% dos da 8ª da rede estadual estudam em escolas que receberam repasses financeiros das secretarias estaduais de Educação. Já as proporções das escolas municipais são menores: 61,8% dos alunos da 4ª série e 65,2% dos alunos da 8ª têm esse mecanismo de financiamento.

Outra modalidade que as escolas utilizam é a captação de recursos diretamente das comunidades em que estão inseridas (doações, rifas, etc). Nessa modalidade destaca-se a rede municipal, na qual 43% dos alunos da 4ª série e 49,6% dos da 8ª estudam em escolas que utilizam esse procedimento. Já na rede estadual, as proporções são menores: 28,6 e 39,1%, respectivamente.

Como última fonte, pesquisou-se se a escola contou com recursos provenientes de contribuições dos alunos por meio de associação de pais e mestres: 41,2% dos alunos da 4ª série e 48,4% dos da 8ª da rede estadual, e 31,5% e 32,3%, respectivamente, dos da municipal estudam em escolas que utilizam esse mecanismo de financiamento.

A observação das proficiências ajustadas para as séries e redes permite conferir-se que, para todas as quatro fontes de financiamento, a existência do repasse está associada, em maior ou menor medida, com o melhor desempenho dos alunos (salvo no caso, com repasse de Secretaria de Educação, da 4ª série da rede municipal, no qual as escolas que recebem apresentam resultados semelhantes aos das escolas que não recebem).

Um fato significativo que convém destacar é a relativa homogeneidade de nível educacional familiar entre as escolas que recebem e as que não recebem de cada fonte, o que indica que são mecanismos universais que beneficiam todo tipo de escola, e não as que recebem uma população escolar mais abastada.

Outro fato relacionado com as fontes de repasse é seu poder cumulativo. Pela tabela 2.19, que desagrega a amostra segundo o número de repasses recebidos por cada escola, é possível verificar-se que:

- (a) já no ano de 1997, são poucas as unidades escolares das redes públicas que não recebiam nenhum tipo de repasse;
- (b) a maior parte das escolas recebia recursos de mais de uma fonte; e
- (c) o maior número de fontes - o que permite supor maior montante de recursos financeiros - encontra-se estreitamente associado a melhor desempenho escolar.

Efetivamente, a proficiência ajustada da 4ª série da rede estadual indica que, se as escolas que não recebem recursos obtêm a média de 160 pontos, essa média vai se elevando até as unidades que recebem das quatro fontes, nas quais a proficiência ajustada é de 189 pontos. Isso representa melhoria de 18% no desempenho escolar dos alunos. Sem tanta força, nas restantes séries e redes observa-se o mesmo fenômeno: aumento da proficiência à medida que cresce o número de fontes de repasse. Estimada a correlação entre proficiência observada e número de fontes, e controlado o nível educacional familiar mediante técnicas de correlação parcial, a associação resultante foi de $r = 0,436$ para a 4ª série. Já para a 8ª série a correlação (controlada pelo NEF) foi inferior: $r = 0,223$.

Tabela 2.19
Porcentagem de Alunos, NEF, Proficiência Observada e Ajustada
segundo Número de Fontes de Repasse de Recursos Financeiros
por Série e Dependência Administrativa

Número de Fontes	Proporção de Alunos				Proficiência			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Nenhuma fonte	6,5	9,7	1,5	9,9	160	159	227	226
1 fonte	20,3	29,2	12,3	33,8	161	162	231	242
2 fontes	25,8	30,6	33,0	21,3	168	168	237	243
3 fontes	37,9	17,1	30,3	17,7	182	174	246	245
4 fontes	9,4	13,4	23,0	17,3	196	174	254	238
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	174	167	242	240

	NEF				Proficiência Ajustada			
	4ª Série		8ª Série		4ª Série		8ª Série	
	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.
Nenhuma fonte	2,8	2,6	2,5	2,5	160	160	235	231
1 fonte	2,7	2,6	2,7	2,8	163	162	235	240
2 fontes	2,7	2,6	2,7	2,8	169	168	241	242
3 fontes	2,8	2,7	3,1	2,7	182	173	242	246
4 fontes	3,1	2,7	3,1	2,7	189	173	250	238
Total	2,8	2,6	2,9	2,8	174	167	242	240

Fonte: SAEB/97.

3 PROFESSOR

Tanto na bibliografia corrente quanto nos diversos planos educacionais, um dos temas que tem suscitado maior atenção na abordagem do problema da qualidade do ensino é o da docência. Seja da ótica dos aspectos que apontariam os possíveis determinantes da prática eficiente do professor — nível de escolarização, formação, treinamento, experiência, etc-, seja do ponto de vista meramente quantitativo - número de professores, relação professor/aluno, etc. -, grande parte das discussões sobre a qualidade educacional centra-se no tema da docência. Essa centralidade atribuída ao professor pode ser explicada por dois motivos básicos:

* por ser considerado o elo fundamental do processo educativo, portador da "intencionalidade" pedagógica do sistema; e

* por representar aproximadamente 70% do total dos custos de manutenção do ensino de 1- grau.

O debate sobre as possíveis relações entre a qualidade da docência e os resultados do ensino é relativamente antigo, com uma grande massa de estudos que se concentra especialmente na segunda metade da década de 60 e na década de 70, época do auge desse tema resultante do impacto do Relatório Coleman. A controvérsia foi, e segue sendo, grande. Começa pela definição dos atributos ou características que levam à qualificação de "bom professor": habilidade verbal, raciocínio lógico, domínio de conteúdos, motivação, nível educacional, grau e qualidade de sua experiência, relacionamento humano, interesse cultural, etc. têm sido algumas das muitas variáveis postas em jogo para caracterizar a qualidade ou a competência do docente. A controvérsia não se esgota aqui; continua se se trata de verificar as relações específicas dessas características, de forma isolada ou conjunta, com os resultados obtidos pelo professor em sala de aula. Como poderá ser visto adiante, se certo número de pesquisas têm verificado a existência de associação de alguma dessas características com o rendimento dos estudantes em uma ou várias disciplinas, outros estudos têm mostrado que essa ligação não é nem sistemática nem significativa.

Como já se mencionou, a primeira grande onda de pesquisas sobre o tema teve início com a divulgação do conhecido Relatório Coleman [Coleman *et al.* 1966], extensa pesquisa que causou profundo impacto não só entre os pesquisadores e decisores educacionais, mas também no público estadunidense; não por ser o primeiro desse tipo de estudo, nem pela profundidade de sua descrição do sistema educacional: o que originou grandes e longas discussões foram suas conclusões relativas à escassa ou nula incidência dos fatores intra-escolares sobre a qualidade do ensino ministrado. O relatório foi a resposta do u.s. Office of Education a um requerimento da Ata dos Direitos Civis de 1964 para que se explicassem os determinantes das diferenças de desempenho escolar de alunos de diferentes minorias, credos ou raças. Suas conclusões foram realmente devastadoras para o otimismo pedagógico vigente na época:

* a capacidade da escola para diminuir as desigualdades sociais seria praticamente nula;

* a escola, como instituição ou agregado, teria escassa incidência sobre o destino escolar dos alunos, destino determinado, fundamentalmente, pelo seu nível sócio-econômico e outras características do meio familiar e cultural; e

* nenhum dos diversos insumos educacionais, tidos tradicionalmente como determinantes da qualidade do ensino (formação e experiência do professor, infraestrutura física da escola, tamanho da turma, etc), fariam a mínima diferença em relação aos resultados escolares dos alunos.

Quase ao mesmo tempo, seria publicado o Relatório Plowden [Plowden, 1967], que, realizado nos mesmos moldes na Inglaterra, confirmaria as conclusões de Coleman. Pouco tempo depois, os trabalhos de Jenks e associados [Jencks *et al.*,

1972] fechariam o círculo ao confirmar que "as características dos egressos escolares dependem, fundamentalmente, de um simples insumo: as características dos alunos que ingressam. Todo o resto - orçamento escolar, suas políticas, as características do professor - é secundário ou irrelevante" [op. cit., p. 256].

Nessa ótica seriam realizadas, nas décadas de 70 e 80, muitas pesquisas, revisões de pesquisas e metaanálises gerais ou temáticas, destinadas a identificar e ponderar o peso das variáveis ou fatores escolares que, direta ou indiretamente, poderiam incidir sobre os resultados escolares dos alunos. Para se ter idéia do número, basta indicar uma síntese realizada por Fraser (1989), que tomou como base 134 metaanálises que abrangem um conjunto de 7.827 pesquisas individuais. Mas todo esse arsenal de pesquisas e revisões não mudaria, de forma substancial, as conclusões dos trabalhos iniciais.

Duas séries de razões permitem pensar que essas conclusões iniciais não têm caráter definitivo, ao menos para nosso meio.

Em primeiro lugar, pelo âmbito da realização desses estudos. Foram realizados em países industrializados, notadamente Estados Unidos e Inglaterra, e suas conclusões se limitariam ao âmbito do primeiro mundo. No entanto, um número bem menor de trabalhos começaria a ser realizado nos denominados "países em desenvolvimento". Como consequência desses estudos, desde fins da década de 70, e ainda sob o impacto das conclusões dos relatórios Coleman e Plowden, foi-se difundindo a visão de que, se nos países industrializados os recursos materiais teriam escassa ou nula incidência sobre os resultados escolares, o mesmo não aconteceria nos países do terceiro mundo. Nesses países, segundo o maior proponente dessa visão - que, aliás, tornou-se predominante nos centros internacionais de pesquisa -, "a qualidade da escola e dos professores são os fatores preponderantes na aprendizagem dos alunos" [Heyneman, 1986]. Além disso, "quanto menor o nível de renda de um país, mais débil a influência do nível sócio-econômico do aluno sobre seu rendimento escolar" [Heyneman e Loxley, 1983]. Segundo essa postura, as influências da situação sócio-econômica do ambiente familiar seriam menos importantes nos países do terceiro mundo do que os atributos da escola, da sala de aula e do professor. Os autores levantam diversas razões para explicar esse fato:

* pelo lado familiar, se nos países industrializados a maioria dos pais tem segundo grau ou estudos superiores, no terceiro mundo a maioria ou é semi-analfabeta ou apenas completou o primeiro grau, o que diminui ou limita a possível incidência educacional do âmbito familiar;

* pelo lado dos recursos escolares, a limitada variabilidade existente entre as escolas dos países industrializados inibe a possibilidade de se encontrarem diferenças realmente significativas; e

* nos países em desenvolvimento, a variabilidade entre diversos tipos de escola é muito grande, o que favorece a possibilidade de se estimar a incidência de diversos fatores escolares sobre o aproveitamento do aluno. Assim, por exemplo, a maior parte dos professores dos EUA tem nível de bacharelado, enquanto, nos países em

desenvolvimento, a variabilidade é grande: há desde professores pobremente alfabetizados até professores com pós-graduação.

Um segundo motivo que nos leva a pensar que não surgiu ainda a última palavra sobre esse tema são os resultados de pesquisas recentes que entram em contradição com os já mencionados trabalhos iniciais. Assim, por exemplo, de várias pesquisas realizadas a partir das bases de dados do Sistema de Avaliação do Valor Agregado, de Tennessee, e outro banco semelhante, oriundo de Dallas, no Texas, verifica-se que a eficiência diferencial dos professores constitui forte determinante das diferenças na aprendizagem dos alunos [Sanders & Rivers, 1996; Wright *et al.*, 1997]. Outro estudo realizado por Monk (1994) com mais de 2.800 alunos verifica que o preparo do professor, indicado pelo seu desempenho nos estudos da área, está positivamente relacionado com os resultados dos alunos nas áreas de ciências e matemática.

A polêmica sobre o tema não está fechada, e é necessário ver em que medida nossos dados podem contribuir para clarificar a questão, ao menos para o Brasil.

3.1 SITUAÇÃO TRABALHISTA DO PROFESSOR

A tabela 3.1.1 permite verificar-se a distribuição do universo de professores que lecionam das primeiras às quartas séries nos municípios trabalhados pelos LSE de 1997 e de 1998. São, no total, 83.758 docentes que lecionam nas redes estadual e municipal de ensino nas áreas levantadas pelos LSE.

A média global de professores por prédio escolar no universo analisado é de 6,4 (ver tabela 3.1.2), sendo Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe as UF com as médias mais elevadas: acima de 11 professores por prédio escolar. Em outro extremo, Acre e Rondônia apresentam média inferior a 4 professores por prédio.

Tabela 3.1.1
 Número de Professores Lecionando da 1ª à 4ª Série do Ensino Fundamental
 segundo Vínculo Empregatício, Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/Região	Professores Contratados												Professores Empregados						Total Geral		
	Professores Concursados						Professores Contratados						Professores Empregados								
	Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Estadual				
Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Total	
AC	789	453	331	212	240	351	159	249	1.029	804	1.833	480	461	1.519	1.266	2.784					
AM	3.136	75	1.623	688	172	29	553	1.040	3.308	104	3.412	2.176	1.648	5.484	1.752	7.236					
AP	1.362	362	154	23	11	73	111	42	1.373	485	1.858	266	66	1.638	500	2.138					
PA	1.688	38	2.341	362	1.996	185	1.123	1.197	3.684	223	3.907	3.464	1.559	7.148	1.782	8.930					
RO	1.640	123	266	639	153	128	157	524	1.813	251	2.064	423	1.163	2.236	1.414	3.650					
RR	913	95	33	0	230	196	40	0	1.143	241	1.384	73	0	1.216	241	1.457					
TO	951	24	483	207	273	34	291	336	1.224	63	1.287	774	543	1.938	606	2.604					
Matr	10.499	1.170	5.231	2.051	3.075	951	2.434	3.388	13.574	2.121	15.695	7.665	5.439	21.204	7.560	28.799					
AJ	953	32	764	160	892	20	209	87	1.345	52	1.397	973	247	2.318	299	2.617					
BA	2.788	9	2.632	490	230	8	969	199	3.018	17	3.035	3.601	689	6.619	706	7.325					
CE	909	0	2.847	491	2.453	2	1.612	197	3.362	2	3.364	4.459	688	7.821	690	8.511					
MA	1.323	318	644	438	62	4	598	261	1.385	322	1.707	1.342	699	2.627	1.021	3.648					
PB	1.323	18	1.463	116	109	2	167	83	1.432	20	1.452	1.630	199	3.052	219	3.281					
PE	3.314	30	3.185	193	129	0	291	99	3.443	30	3.473	3.476	252	6.919	282	7.201					
PI	1.825	32	1.205	744	455	6	70	102	2.280	38	2.318	1.275	846	3.555	884	4.439					
RN	1.404	22	976	18	31	6	187	12	1.435	28	1.463	1.163	30	2.598	58	2.656					
SE	1.267	10	574	64	268	0	139	39	1.535	10	1.545	713	103	2.248	113	2.361					
Matr	15.106	477	14.290	2.714	4.129	46	4.242	1.039	19.235	519	19.754	18.512	3.753	37.267	4.272	42.039					
GO	1.693	31	3.480	588	323	50	231	129	2.016	81	2.097	3.711	717	4.428	798	6.525					
MS	552	14	754	90	357	34	279	203	909	46	957	1.033	295	1.326	341	2.283					
MT	1.615	25	1.296	162	293	48	374	299	1.908	73	1.981	1.670	461	3.578	534	4.112					
Centr-Oeste	3.860	70	5.530	840	973	132	884	631	4.833	202	5.035	6.414	1.477	7.885	1.247	12.920					
Total	29.465	1.711	25.051	5.605	8.177	1.131	7.560	5.058	37.642	2.842	40.484	32.611	10.663	43.274	13.505	83.758					

Fonte: ISE 97/98.

Tabela 3.1.2
Número de Prédios e Média de Professores por Prédio (1ª a 4ª Série)
por Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/Região	Total Prédios Escolares												Média de Professores por Prédio												Total Geral	
	Reck Estadual						Reck Municipal						Reck Estadual						Reck Municipal						Urbano	Rural
	Urbano		Rural		Total		Urbano		Rural		Total		Urbano		Rural		Total		Urbano		Rural					
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural			
AC	97	362	459	48	338	386	146	700	845	106	22	40	102	14	25	105	18	3,3								
AM	235	18	253	167	1.003	1.170	402	1.021	1.423	141	58	135	130	16	3,3	136	17	5,1								
AP	83	140	223	23	34	57	106	174	280	165	3,1	8,1	11,5	1,9	5,8	15,5	2,9	7,6								
PA	323	67	390	298	1.084	1.382	621	1.151	1.772	114	33	100	116	14	3,6	115	1,5	5,0								
RO	134	146	280	44	879	923	178	1.025	1.203	135	1,7	74	96	1,3	1,7	126	14	3,0								
RR	99	144	243	8	0	8	67	144	211	194	1,7	68	91	1,3	2,6	95	1,4	4,0								
TO	114	29	143	97	404	501	211	433	644	107	22	90	80	1,3	3,0	123	1,6	4,5								
Matr	1.045	905	1.951	685	3.742	4.427	1.780	4.648	6.378	130	23	80	112	15	3,0	143	1,6	4,5								
AL	104	7	111	94	65	159	198	72	270	129	74	126	104	38	7,7	117	4,2	9,7								
BA	369	5	374	422	125	547	791	130	921	82	34	81	85	5,5	7,8	84	5,4	8,0								
CE	238	2	240	304	227	531	542	229	771	141	1,0	140	147	30	9,7	144	3,0	11,0								
MA	108	42	146	61	98	159	164	140	304	134	7,7	11,8	204	7,1	12,2	160	7,3	12,0								
PB	160	5	165	138	59	197	298	64	362	90	40	88	118	34	9,3	103	34	9,1								
PE	347	4	351	348	67	415	695	71	766	99	7,5	99	100	38	9,0	100	40	9,4								
PI	180	8	188	112	462	564	292	460	752	127	48	123	114	1,9	3,8	122	1,9	5,9								
RN	131	7	138	99	10	99	220	17	237	110	40	106	131	30	12,1	11,8	34	11,2								
SE	116	2	118	68	26	94	184	28	212	132	5,0	131	105	40	8,7	122	40	11,1								
Norte	1.748	82	1.830	1.636	1.129	2.765	3.384	1.211	4.595	110	63	108	113	33	8,1	113	35	9,1								
GO	378	19	397	335	446	781	713	465	1.178	53	43	53	111	1,6	5,7	80	1,7	5,5								
MS	72	8	80	98	120	218	170	128	298	126	60	120	105	24	6,1	114	2,7	7,7								
MT	158	16	174	139	278	417	297	294	591	121	46	114	120	1,7	5,1	120	1,8	7,0								
Centro-Oeste	608	47	655	572	844	1.416	1.180	887	2.067	79	47	77	112	1,7	5,6	95	1,9	6,3								
Total	3.401	1.031	4.432	2.893	5.715	8.608	6.294	6.746	13.040	111	2,8	9,1	11,3	1,9	5,0	11,2	2,0	6,4								

Fonte: ISE 97/98.

QUALIDADE E RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Na tabela 3.1.3, pode-se verificar que quase 75% dos professores da área analisada são concursados, destacando-se, nesse campo, Pernambuco e Rio Grande do Norte, por apresentar mais de 90% de seus professores que ingressaram, via concurso, na carreira do magistério. Em outro extremo, Ceará e Pará não atingem a marca de 50% de professores concursados.

Apesar de o LSE ter sido realizado em municípios importantes (capitais das UF, municípios de regiões metropolitanas ou de áreas-pólo), a proporção de professores concursados é relativamente maior na rede estadual do que na municipal, e nas zonas urbanas do que nas rurais. É de se esperar que, nos restantes municípios de cada UF, as diferenças sejam ainda maiores.

Tabela 3.1.3
Porcentagem de Professores Concursados que Lecionam da 1ª à 4ª Série
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Rede Estadual		Rede Municipal		Estadual	Municipal Urbano		Rural	Total
	Urbano	Rural	Urbano	Rural					
AC	76,7	56,3	67,6	46,0	67,8	57,1	73,7	52,6	64,1
AM	94,8	72,1	74,6	36,9	94,1	58,3	86,8	39,0	75,2
AP	99,2	83,2	58,1	35,4	95,4	53,6	92,6	77,0	88,9
PA	45,8	17,0	67,6	23,2	44,2	53,8	56,4	22,4	49,6
RO	91,6	49,0	62,9	54,9	86,4	57,1	86,1	53,9	73,6
RR	79,9	39,4	45,2	0,0	72,8	45,2	77,8	39,4	71,4
TO	77,7	38,1	62,4	38,1	75,8	52,4	71,8	38,1	63,9
<i>Norte</i>	<i>77,3</i>	<i>55,2</i>	<i>68,2</i>	<i>37,7</i>	<i>74,3</i>	<i>55,6</i>	<i>74,1</i>	<i>42,6</i>	<i>65,8</i>
AL	70,9	61,5	78,5	64,8	70,5	75,7	74,1	64,2	72,9
BA	92,4	52,9	73,1	71,1	92,2	72,8	81,9	70,7	80,8
CE	27,0	0,0	63,8	71,4	27,0	64,9	48,0	71,2	49,9
MA	95,5	98,8	51,9	62,7	96,1	55,7	74,9	74,0	74,6
PB	92,4	90,0	89,8	58,3	92,4	86,3	91,0	61,2	89,0
PE	96,3	100,0	91,6	76,6	96,3	90,6	93,9	79,1	93,3
PI	80,0	84,2	94,5	87,9	80,1	91,9	85,2	87,8	85,7
RN	97,8	78,6	83,9	60,0	97,5	83,3	91,6	69,0	91,1
SE	82,5	100,0	80,5	62,1	82,7	78,2	81,9	65,5	81,1
<i>Nordeste</i>	<i>78,5</i>	<i>90,8</i>	<i>77,1</i>	<i>72,3</i>	<i>78,9</i>	<i>76,3</i>	<i>77,8</i>	<i>74,6</i>	<i>77,5</i>
GO	84,0	38,3	93,8	82,0	82,2	91,9	90,3	77,6	88,8
MS	60,7	29,2	73,0	30,7	59,1	63,7	67,3	30,5	61,8
MT	84,6	34,2	77,6	35,1	82,8	68,4	81,4	35,0	75,3
<i>Centro-Oeste</i>	<i>79,9</i>	<i>34,7</i>	<i>86,2</i>	<i>57,1</i>	<i>78,1</i>	<i>80,8</i>	<i>83,5</i>	<i>54,4</i>	<i>79,7</i>
Total	78,3	60,2	76,8	52,6	77,0	70,8	77,6	54,2	73,8

Fonte: LSE97/98.

Com a finalidade de verificação da situação trabalhista do professor, foram utilizadas as bases de dados do SAEB/97. Devem ser lembradas, ainda, as restrições já indicadas no capítulo I: o SAEB/97 não incluiu, na sua amostra, nem escolas rurais multisseriadas nem escolas da zona rural da região Norte. Além disso, também deve ser lembrado

que a expansão dos dados amostrais do SAEB é realizada tomando-se como base o número de alunos.

Feitos esses esclarecimentos, é possível passar à tabela 3.1.4 e verificar que, no país, 80,1% dos alunos da rede estadual e 65,5% da municipal estudam com professores estatutários; 6,1% dos alunos da rede estadual e 13,1% da municipal, com professores celetistas; 11,4% e 18,0%, com professores contratados, e 2,4% e 3,4%, respectivamente, com professores que nem contrato possuem (trabalham mediante recibos ou outras situações).

Sem que se apresentem marcadas diferenças, é na região Nordeste que a rede estadual de ensino apresentam a maior proporção de professores estatutários. Já na rede municipal, as diferenças regionais são maiores, sendo a região Sudeste a que apresenta a maior proporção de professores estatutários.

A tabela 3.1.5 detalha as médias de proficiência para cada situação trabalhista do professor, as médias de proficiência que sua turma obteve nas provas do SAEB, as médias de nível educacional familiar de sua turma e a proficiência ajustada se o NEF é nivelado estatisticamente. É possível observar vários fatos de interesse:

(a) parece existir uma espécie de hierarquização relacionada ao grau de estabilidade trabalhista do professor, pela qual os professores estatutários lecionam para as turmas de melhor nível social, e, na medida em que esse vínculo se torna mais fraco, para turmas de menor nível; e

(b) ainda assim, inclusive controlando-se o nível educacional familiar das turmas, os professores estatutários tendem a obter médias de proficiência levemente melhores do que as restantes categorias (salvo no caso da rede estadual, nas quais o grupo de professores sem contrato obteve as melhores médias ajustadas).

Tabela 3.1.4
Porcentagem de Alunos segundo Situação Trabalhista do Professor da 4ª Série por Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Rede Estadual					Rede Municipal				
	Estatutário	CLT	Prest. Serviço	Sem Contrato	Total	Estatutário	CLT	Prest. Serviço	Sem Contrato	Total
AC	69,4	6,1	20,4	4,1	100,0	43,8	37,5	18,8		100,0
AM	93,8	2,1	4,2		100,0	71,8		28,2		100,0
AP	82,2	17,8			100,0	43,8	6,3	50,0		100,0
PA	80,0	4,4	15,6		100,0	78,6	14,3	7,1		100,0
RO	93,6	6,4			100,0	60,0	17,1	17,1	5,7	100,0
RR	41,4	24,1	34,5		100,0	20,0	20,0	40,0	20,0	100,0
TO	85,4		4,9	9,8	100,0	63,4	26,8	9,8		100,0
<i>Norte</i>	<i>79,9</i>	<i>7,9</i>	<i>10,2</i>	<i>2,0</i>	<i>100,0</i>	<i>58,1</i>	<i>17,2</i>	<i>23,2</i>	<i>1,5</i>	<i>100,0</i>
AL	95,5	4,5			100,0	50,0	13,2	28,9	7,9	100,0
BA	84,2	5,3	10,5		100,0	69,7	24,2	6,1		100,0
CE	79,2		20,8		100,0	53,2	21,3	25,5		100,0
MA	91,5	4,3	4,3		100,0	43,3	13,3	30,0	13,3	100,0
PB	88,0		12,0		100,0	69,6	4,3	21,7	4,3	100,0
PE	85,4	2,4	12,2		100,0	75,0	3,1	12,5	9,4	100,0
PI	87,0			13,0	100,0	85,4	2,1	8,3	4,2	100,0
RN	96,9			3,1	100,0	78,0	4,9	7,3	9,8	100,0
SE	88,2		11,8		100,0	43,2	32,4	24,3		100,0
<i>Nordeste</i>	<i>88,5</i>	<i>2,1</i>	<i>8,0</i>	<i>1,4</i>	<i>100,0</i>	<i>63,5</i>	<i>13,4</i>	<i>17,9</i>	<i>5,2</i>	<i>100,0</i>
ES	72,7	13,6	11,4	2,3	100,0	80,0	3,3	16,7		100,0
MG	79,7	3,4	16,9		100,0	86,2		13,8		100,0
RJ	100,0				100,0	92,2	3,9	3,9		100,0
SP	67,4	9,3	16,3	7,0	100,0	65,6	15,6	15,6	3,1	100,0
<i>Sudeste</i>	<i>76,7</i>	<i>7,4</i>	<i>13,5</i>	<i>2,5</i>	<i>100,0</i>	<i>82,4</i>	<i>5,6</i>	<i>11,3</i>	<i>0,7</i>	<i>100,0</i>
PR	78,6	21,4			100,0	84,8	15,2			100,0
RS	97,5	2,5			100,0	94,7		5,3		100,0
SC	50,0	25,0	25,0		100,0	64,7	27,5	7,8		100,0
<i>Sul</i>	<i>75,6</i>	<i>14,4</i>	<i>10,0</i>		<i>100,0</i>	<i>76,7</i>	<i>18,4</i>	<i>4,9</i>		<i>100,0</i>
DF	72,4	7,9	15,8	3,9	100,0					100,0
GO	50,0	3,8	30,8	15,4	100,0	55,3	13,2	13,2	18,4	100,0
MS	83,8		8,1	8,1	100,0	65,6	3,1	25,0	6,3	100,0
MT	75,0		25,0		100,0	45,1	11,8	43,1		100,0
<i>Centro-Oeste</i>	<i>71,9</i>	<i>4,2</i>	<i>18,0</i>	<i>6,0</i>	<i>100,0</i>	<i>53,7</i>	<i>9,9</i>	<i>28,9</i>	<i>7,4</i>	<i>100,0</i>
Total	80,1	6,1	11,4	2,4	100,0	65,5	13,1	18,0	3,4	100,0

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.1.5
Proficiência Observada, Ajustada e NEF dos Professores da 4ª Série por Dependência Administrativa segundo Situação Trabalhista

Escolarização do Professor	Proficiência Observada		NEF		Proficiência Ajustada	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Estatutário	176	169	2,85	2,68	175	168
Celecionista	168	164	2,82	2,54	168	166
Prestador serv.	170	161	2,60	2,51	174	163
Sem contrato	176	151	2,51	2,03	182	161
Total	175	167	2,80	2,64	175	167

Fonte: SAEB/97.

3.2 ESCOLARIDADE PO PROFESSOR

Para se traçar o perfil da escolaridade dos professores, foram utilizados os dados do SAEB/97.

A maior parte dos alunos da 4ª série estuda com professores que completaram o ensino médio, especialmente o magistério. Ainda assim - e considerando-se que o SAEB/97 não incluiu escolas multisseriadas nem a zona rural da região Norte do país, pelo que a subescolarização docente está subvalorada -, 2,1% dos alunos estudam com professores que só completaram a 4ª série e 1,1%, com professores que só concluíram o ensino fundamental. Em compensação, 32,8% desses alunos têm professores com estudos superiores, e 4,9%, com pós-graduação. Outro fato a ser destacado é o melhor nível de escolarização dos professores da rede particular de ensino, nas quais 43,4% dos alunos têm professores com ensino superior, e 7,2%, com pós-graduação.

Já entre os alunos da 8ª série, são preponderantes os professores com ensino superior. Só 8,6% dos alunos de ciências, 12,2% dos de matemática e 5,4% dos de português estudam com professores que não atingiram esse nível. Novamente nesse caso, é possível observar que a rede particular de ensino oferece professores com melhor nível de escolarização.

Tabela 3.2.1
Porcentagem de Alunos da 4ª e da 8ª Série
segundo Escolarização do Professor por Dependência Administrativa

Escolarização do Professor	Alunos da 4ª Série				Alunos da 8ª Série-Ciências			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Ensino fundamental - 4ª série	3,1	0,8	1,6	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino fundamental - 8ª série	0,8	1,6	1,1	1,1	0,1	0,1		0,1
Ensino médio - magistério	55,8	58,0	43,0	54,9	4,3	5,5	1,6	4,1
Ensino médio - outros	3,9	5,1	3,7	4,3	5,2	3,7	1,9	4,4
Superior - licenciatura	26,9	26,7	34,7	27,8	49,2	57,2	65,3	53,0
Superior - outros	5,5	2,6	8,7	5,0	15,7	18,1	13,7	15,8
Pós-graduação	4,1	5,2	7,2	4,9	25,6	15,3	17,5	22,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Alunos da 8ª Série-Matemática				Alunos da 8ª Série-Português			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Ensino fundamental - 4ª série					0,1			0,1
Ensino fundamental - 8ª série	0,6			0,4	0,0	0,0		0,0
Ensino médio - magistério	2,6	6,2	0,3	2,8	3,8	6,6	1,0	3,8
Ensino médio - outros	11,1	3,1	6,6	9,2	1,5	1,2	1,8	1,5
Superior - licenciatura	57,1	61,0	46,2	56,0	62,7	66,7	54,9	62,1
Superior - outros	13,2	10,0	20,0	13,8	14,2	8,8	13,6	13,3
Pós-graduação	15,5	19,7	26,9	17,9	17,8	16,7	28,7	19,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SAEB/97.

A tabela 3.2.2 detalha a proficiência observada, o nível escolar familiar médio das turmas desses professores e a proficiência ajustada segundo o NEF dos alunos, para cada nível de escolarização do professor. Quatro aspectos, nessa tabela, merecem destaque:

(a) nas três redes de ensino, o crescimento da proficiência dos alunos à medida que aumenta o nível de escolarização do professor;

(b) também nas três redes, a tendência de professores mais graduados lecionarem para alunos de melhor nível social;

(c) o caráter oscilante da contribuição da área pedagógica, tanto entre os professores de nível médio - habilitação para o magistério - quanto entre os de nível superior - licenciatura -, que ora obtêm melhores, ora piores, resultados que a categoria outros; e

(d) a escassa ou nula contribuição da pós-graduação para o desempenho dos alunos.

Tabela 3.2.2
Proficiência e NEF dos Alunos da 4ª Série
segundo Nível de Escolarização do Professor
por Dependência Administrativa

Escolarização do Professor	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Ensino fundamental – 4ª série	150	136	202	153	2,55	2,18	4,06	2,65	155	144	210	161
Ensino fundamental – 8ª série	164	152	204	163	2,74	2,09	4,36	2,62	165	161	203	172
Ensino médio – magistério	171	166	209	173	2,75	2,61	3,91	2,81	172	167	221	176
Ensino médio – outros	188	155	205	177	3,06	2,44	4,24	2,94	183	159	207	177
Superior – licenciatura	178	173	232	185	2,82	2,79	4,62	3,09	177	171	222	180
Superior – outros	182	167	236	191	2,81	2,74	4,72	3,22	182	165	223	183
Pós-graduação	193	170	236	193	3,29	2,62	4,75	3,32	183	171	222	182
Total	174	167	222	178	2,80	2,64	4,31	2,94	174	167	222	178

Fonte: SAEB/97.

Os mesmos quatro aspectos apontados para os professores da 4ª podem ser encontrados entre os professores da 8ª: crescimento da proficiência do aluno à medida que aumenta o nível de escolarização do professor, tendência de alunos com melhor nível social contarem com professores mais bem escolarizados, oscilante contribuição das concentrações pedagógicas em cada nível de escolarização e escassa contribuição da pós-graduação.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 3.2.3
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Ciências
segundo Nível de Escolarização do Professor
por Dependência Administrativa

Escolarização do Professor	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Ensino médio – magistério	225	227	306	230	2,44	2,22	4,41	2,51	234	240	310	248
Ensino médio – outros	239	232	254	239	2,87	2,36	3,67	2,85	241	242	279	248
Superior – licenciatura	241	241	294	251	2,98	2,84	4,59	3,26	241	241	293	249
Superior – outros	248	253	290	255	3,32	3,12	4,47	3,44	242	247	293	249
Pós-graduação	248	229	295	252	2,88	2,59	4,57	3,06	250	235	295	256
Total	243	240	293	250	2,98	2,84	4,57	3,2	243	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.2.4
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Matemática
segundo Nível de Escolarização do Professor
por Dependência Administrativa

Escolarização do Professor	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Ensino médio – magistério	228	221	283	227	2,46	2,32	4,17	2,44	235	227	292	244
Ensino médio – outros	229	220	288	235	2,39	2,11	4,06	2,56	237	232	300	249
Superior – licenciatura	241	242	297	248	2,87	2,59	4,39	3,02	241	243	299	249
Superior – outros	242	223	304	254	2,94	2,37	4,50	3,23	240	229	302	248
Pós-graduação	258	247	313	269	3,13	2,82	4,57	3,41	253	243	309	258
Total	241	239	301	250	2,83	2,63	4,44	3,04	241	239	301	250

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.2.5
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Português
segundo Nível de Escolarização do Professor
por Dependência Administrativa

Escolarização do Professor	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Ensino médio – magistério	207	211	274	211	1,72	2,19	3,96	1,94	230	223	287	241
Ensino médio – outros	232	233	284	242	2,58	2,37	4,31	2,86	240	241	289	250
Superior – licenciatura	242	244	284	248	3,00	2,85	4,53	3,17	242	243	284	249
Superior – outros	257	238	292	260	3,36	2,73	4,66	3,50	250	239	289	253
Pós-graduação	246	244	292	256	3,03	2,79	4,58	3,34	246	244	291	253
Total	244	242	286	250	3,00	2,79	4,54	3,20	244	242	286	250

Fonte: SAEB/97.

Com a finalidade de se verificar a distribuição da formação docente nas diversas UF e regiões do país, os níveis de escolarização foram transformados em anos de estudo. A análise dos resultados desse procedimento (tabelas 3.2.6 e 3.2.7) permite observar-se que, em primeiro lugar, não existem diferenças marcantes entre estados e/ou regiões. Provavelmente, a inclusão das escolas multisseriadas e da zona rural da região Norte, com sua carga de professores leigos, alteraria o panorama. Por outro lado, o fato de se trabalhar com médias oculta ou dissimula muitas situações extremas.

Tabela 3.2.6
Média de Anos de Escolarização dos Professores da 4ª Série
por Zona, Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Dependência Administrativa			Localização		Total
	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
AC	11,3	11,6	12,8	11,7		11,7
AM	11,2	10,9	11,5	11,1		11,1
AP	11,0	10,8	11,0	10,9		10,9
PA	11,3	11,6	12,6	11,7		11,7
RO	11,0	11,1	12,8	11,5		11,5
RR	10,9	11,0	12,6	11,1		11,1
TO	11,8	11,4	12,1	11,7		11,7
<i>Norte</i>	<i>11,2</i>	<i>11,2</i>	<i>12,3</i>	<i>11,4</i>		<i>11,4</i>
AL	12,7	11,5	12,4	12,5	11,2	12,1
BA	11,2	11,7	12,4	11,9	11,3	11,7
CE	13,0	10,6	12,6	12,6	10,4	11,7
MA	11,2	10,9	12,8	11,6	11,1	11,4
PB	12,9	11,7	13,7	13,1	11,7	12,6
PE	13,3	11,9	12,5	13,0	12,3	12,7
PI	11,3	11,3	11,9	11,8	10,8	11,5
RN	12,9	11,3	12,7	12,9	10,5	12,2
SE	12,0	11,8	13,9	12,7	11,1	12,4
<i>Nordeste</i>	<i>12,2</i>	<i>11,4</i>	<i>12,7</i>	<i>12,4</i>	<i>11,2</i>	<i>12,0</i>
ES	12,2	12,6	13,1	12,5	12,6	12,5
MG	12,0	12,9	14,2	13,5	11,4	12,6
RJ	11,4	11,9	11,7	11,9	11,5	11,8
SP	12,8	13,7	14,2	13,3	13,5	13,4
<i>Sudeste</i>	<i>12,2</i>	<i>12,7</i>	<i>13,4</i>	<i>12,8</i>	<i>12,2</i>	<i>12,6</i>
PR	14,7	12,3	15,0	13,9	11,0	13,5
RS	13,2	12,3	13,7	13,3	12,3	13,2
SC	12,9	12,5	13,0	12,8	12,4	12,7
<i>Sul</i>	<i>13,3</i>	<i>12,4</i>	<i>13,8</i>	<i>13,3</i>	<i>12,1</i>	<i>13,1</i>
DF	12,4		14,1	13,0	12,4	12,8
GO	11,1	10,6	12,5	12,0	8,6	11,2
MS	14,6	13,6	14,3	14,3	12,5	14,2
MT	13,8	12,4	14,3	14,2	11,1	13,2
<i>Centro-Oeste</i>	<i>12,9</i>	<i>12,2</i>	<i>13,9</i>	<i>13,5</i>	<i>11,2</i>	<i>13,0</i>
Total	12,1	11,8	13,0	12,4	11,5	12,2

Fonte: SAEB/97.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 3.2.7
Média de Anos de Escolarização dos Professores da 8ª Série
por Zona, Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Dependência Administrativa			Localização		Total
	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
AC	13,6	14,4	15,2	14,1		14,1
AM	13,8	14,7	15,4	14,3		14,3
AP	14,1	14,5	15,4	14,4		14,4
PA	15,2	14,2	15,1	15,1		15,1
RO	14,7	14,7	15,1	14,8		14,8
RR	13,4		15,8	13,4		13,4
TO	13,9	13,6	15,2	14,1		14,1
<i>Norte</i>	<i>14,1</i>	<i>14,3</i>	<i>15,2</i>	<i>14,4</i>		<i>14,4</i>
AL	15,2	14,4	14,3	14,6	14,1	14,5
BA	14,4	14,8	14,9	14,8	13,9	14,7
CE	14,8	14,2	14,6	15,3	11,8	14,5
MA	13,9	14,2	14,3	14,0	14,1	14,0
PB	14,7	14,7	15,0	15,0	13,9	14,8
PE	14,7	15,3	15,2	15,1	14,7	15,0
PI	13,0	14,3	14,2	13,7	15,3	13,8
RN	13,1	13,5	15,1	14,4	10,8	13,9
SE	14,8	13,4	14,8	14,7	12,5	14,4
<i>Nordeste</i>	<i>14,3</i>	<i>14,3</i>	<i>14,7</i>	<i>14,6</i>	<i>13,3</i>	<i>14,4</i>
ES	13,5	15,5	15,3	15,0	13,7	14,9
MG	15,1	14,5	15,9	15,5	13,2	15,0
RJ	15,0	15,4	15,4	15,3	15,1	15,3
SP	14,7	15,2	15,4	15,2	14,6	15,0
<i>Sudeste</i>	<i>14,6</i>	<i>15,2</i>	<i>15,4</i>	<i>15,2</i>	<i>14,4</i>	<i>15,0</i>
PR	15,2	15,1	15,5	15,5	14,5	15,2
RS	15,1	15,5	15,7	15,4	15,5	15,4
SC	14,6	15,1	15,8	15,1		15,1
<i>Sul</i>	<i>15,1</i>	<i>15,1</i>	<i>15,7</i>	<i>15,3</i>	<i>14,8</i>	<i>15,3</i>
DF	15,2		15,4	15,3	15,3	15,3
GO	14,1	15,8	15,1	14,8	13,7	14,8
MS	15,7	15,1	15,5	15,6	14,1	15,4
MT	15,1	13,5	15,0	14,6	14,1	14,6
<i>Centro-Oeste</i>	<i>15,0</i>	<i>14,9</i>	<i>15,3</i>	<i>15,1</i>	<i>14,7</i>	<i>15,1</i>
Total	14,4	14,6	15,1	14,8	14,0	14,7

Fonte: SAEB/97.

Ainda utilizando-se os dados de escolarização formal do professor, foram obtidas correlações com o nível educacional familiar médio das turmas e, diante da existência de associação positiva, a correlação original entre anos de escolarização do professor e proficiência observada dos alunos foi controlada pelo NEF, com técnicas de correlação parcial. Os resultados podem ser observados na tabela 3.2.8. Apesar de a maioria das correlações encontradas serem de moderadas para baixas, observa-se que:

(a) as 16 correlações entre proficiência observada e NEF são positivas e estatisticamente significativas (15 para $p < 0,001$ e 1 para $p < 0,05$);

(b) as 16 correlações entre anos de escolarização do professor e NEF são positivas e estatisticamente significativas para $p < 0,001$;

(c) as 16 correlações entre anos de escolarização do professor e proficiência do aluno, controladas pelo NEF, são positivas: 12 estatisticamente significativas (para $p < 0,001$) e 4 não significativas; e

(d) é na rede particular de ensino que a escolarização do professor apresenta menor correlação com proficiência.

Esses resultados permitem confirmar algumas das observações anotadas para as tabelas anteriores: as correlações positivas entre anos de escolarização do professor e NEF dos alunos; o fato de que professores com nível de escolarização mais elevado tendem a lecionar para turmas de melhor NEF; as correlações positivas entre proficiência e anos de escolarização, controlada pelo NEF, que indica a existência de associação positiva, embora fraca, entre ambas.

Apesar da significação estatística elevada, esses coeficientes podem ser considerados baixos, mais ainda se se consideram as expectativas e exigências (até legais) que se colocam a respeito dos níveis necessários de escolarização do professor. O que significam esses coeficientes em termos práticos? Cada ano de escolarização formal do professor da 4^a série (em que os coeficientes de correlação são levemente mais elevados) da rede pública estaria agregando, aproximadamente, 1,5 pontos à proficiência (controlada pelo NEF) dos alunos. Isso representa um valor agregado menor que 0,9% por ano de estudo do professor.

Tabela 3.2.8
Correlação entre Anos de Escolarização do Professor, NEF
e Proficiência por Série/Disciplina segundo Dependência Administrativa

Correlação	4ª Série			8ª série - Ciências			8ª série - Matemática			8ª série - Português		
	Est.	Mun.	Total	Est.	Mun.	Total	Est.	Mun.	Total	Est.	Mun.	Total
Anos escol./proficiência	.225***	.387***	.301***	.258***	.192***	.182***	.184***	.239***	.159***	.230***	.269***	.252***
Anos escol./NEF	.149***	.226***	.278***	.241***	.236***	.197***	.148***	.213***	.222***	.218***	.285***	.252***
Control NEF	.176***	.186***	.139***	.167***	.092	.061	.129***	.156***	.004	.096***	.178***	.104***

Fonte: SAEB/97.

*** sig para $p < 0.001$.

* sig. para $p < 0.05$.

A baixa eficiência demonstrada pela escolarização formal do professor tem originado uma enorme massificação dos cursos de capacitação. Pelos dados do SAEB/97, praticamente 75% dos alunos da 4ª série e 66% dos da 8ª do país estudam com professores que haviam tido algum tipo de capacitação só nesse ano. Caberia, então, perguntar sobre os resultados e as conseqüências de tamanho esforço. Mas, antes, faremos uma breve descrição das características da capacitação a partir dos dados disponíveis.

Pela tabela 3.3.1 vê-se que a rede particular de ensino tem capacitado mais seus professores da 4ª série. Efetivamente, se na rede municipal 68,3% dos alunos estudam com professores que foram capacitados nesse ano, na rede estadual essa proporção se eleva para 73,3%, e, na rede particular, para 83,5%. Também é maior a proporção entre os alunos da zona urbana (74,1%) do que entre os da zona rural (58,2%).

Destacam-se, nesse esforço de capacitação, as regiões Sul (76,8%), Sudeste (75,8%) e Centro-Oeste (74,2%) e os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, todos com mais de 80% de seus alunos da 4ª série estudando com professores capacitados nesse ano.

Apesar das proporções levemente menores, o esforço realizado com os professores da 8ª série ainda é expressivo (tabela 3.3.2). Novamente a rede particular de ensino encabeça a lista (69,9%), seguida de perto pela rede municipal (61,3). Com proporções surpreendentemente menores, a rede estadual apresenta só 39,5% de seus alunos com professores treinados no ano.

Também aqui se destacam as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com percentuais acima de 60%, e os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, com percentuais acima de 70%.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 3.3.1
Porcentagem de Alunos da 4ª Série que Estudam com
Professores que Foram Capacitados em 1997
por Zona, Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Dependência Administrativa			Localização		Total
	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
AC	39,0	68,2	79,3	49,7		49,7
AM	71,9	83,3	46,8	72,1		72,1
AP	63,4	66,0	76,0	64,5		64,5
PA	34,9	87,6	93,3	53,8		53,8
RO	74,8	66,0	91,3	75,0		75,0
RR	59,1	66,6	34,8	58,8		58,8
TO	57,9	50,6	75,8	56,8		56,8
<i>Norte</i>	<i>52,6</i>	<i>78,3</i>	<i>78,0</i>	<i>60,7</i>		<i>60,7</i>
AL	49,6	90,5	45,7	68,6	89,7	71,7
BA	60,6	58,0	100,0	67,3	50,3	64,9
CE	81,4	58,3	66,4	74,4	38,8	68,8
MA	82,2	59,6	94,8	81,7	26,0	73,5
PB	54,0	63,7	71,8	63,1	25,8	60,8
PE	79,0	97,9	91,8	88,1	93,9	88,7
PI	37,5	64,9	76,9	54,4	52,0	54,2
RN	60,3	70,0	96,3	67,5	83,3	68,8
SE	38,7	43,2	49,3	41,4	43,7	41,6
<i>Nordeste</i>	<i>65,6</i>	<i>67,8</i>	<i>82,4</i>	<i>71,7</i>	<i>51,3</i>	<i>69,2</i>
ES	41,1	66,7	89,9	55,8	61,9	56,2
MG	76,3	55,4	100,0	73,6	68,4	73,2
RJ	5,0	65,6	71,4	48,4	70,3	49,5
SP	94,5	57,8	91,6	88,0	68,9	87,1
<i>Sudeste</i>	<i>80,0</i>	<i>60,2</i>	<i>85,5</i>	<i>76,2</i>	<i>68,6</i>	<i>75,8</i>
PR	100,0	86,5	100,0	89,9	100,0	90,4
RS	61,7	48,7	76,6	61,1	26,0	57,9
SC	81,5	95,4	82,4	86,2	84,8	86,2
<i>Sul</i>	<i>75,4</i>	<i>75,9</i>	<i>86,8</i>	<i>78,1</i>	<i>57,7</i>	<i>76,8</i>
DF	62,3		56,1	61,7	54,2	61,3
GO	68,5	79,3	84,1	73,9	73,8	73,9
MS	86,7	81,2	87,9	91,7	3,6	84,6
MT	80,1	70,7	76,1	76,8	77,2	76,8
<i>Centro-Oeste</i>	<i>72,0</i>	<i>77,9</i>	<i>76,1</i>	<i>75,4</i>	<i>53,6</i>	<i>74,2</i>
Total	73,3	68,3	83,5	74,1	58,2	73,0

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.3.2
Porcentagem de Alunos da 8ª Série que Estudam com Professores que Foram Capacitados em 1997 por Zona, Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Dependência Administrativa			Localização		Total
	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
AC	58,2	49,9	54,7	44,6		44,6
AM	41,6	53,6	54,3	57,6		57,6
AP	34,6	56,4	54,3	63,9		63,9
BA	43,3	35,8	69,4	57,6		57,6
RO	43,8	47,8	61,5	56,5		56,5
RR	54,2		60,1	46,0		46,0
TO	59,6	49,2	45,3	41,9		41,9
<i>Norte</i>	45,4	47,5	61,0	54,8		54,8
AL	80,7	62,5	61,1	51,0	49,2	51,0
BA	63,3	59,8	79,9	51,2	32,4	49,8
CE	44,6	81,5	57,7	63,0	55,0	62,5
MA	58,9	81,1	64,2	53,2	59,2	53,7
PB	72,6	42,3	62,1	38,8	12,3	38,1
PE	47,7	46,4	52,9	51,3	49,6	51,2
PI	73,3	36,9	47,5	34,3	53,3	35,1
RN	82,6	27,1	68,0	29,1	51,2	30,0
SE	72,1	49,0	53,2	37,2	31,9	37,0
<i>Nordeste</i>	59,5	60,5	62,5	50,0	45,0	49,7
ES	82,1	58,8	63,0	39,3	6,4	37,2
MG	22,4	50,2	61,8	73,7	46,1	73,2
RJ	71,1	57,1	73,6	51,4	21,7	50,8
SP	31,8	74,2	79,7	70,2	80,8	70,3
<i>Sudeste</i>	33,8	61,7	74,2	66,9	47,7	66,6
PR	26,3	67,3	78,0	73,4	85,7	73,9
RS	27,6	50,5	82,9	68,9	89,7	70,8
SC	48,5	81,2	66,6	58,3		58,3
<i>Sul</i>	31,2	63,2	77,8	68,3	88,5	69,3
DF	66,5		65,0	41,8	35,0	41,6
GO	29,5	49,8	74,3	69,1	32,9	69,0
MS	31,9	89,9	67,5	73,1	57,6	72,8
MT	57,1	54,1	56,1	43,3	96,6	45,9
<i>Centro-Oeste</i>	41,6	65,8	66,9	60,3	65,6	60,4
Total	39,5	61,3	69,9	62,2	58,1	62,1

Fonte: SAEB/97.

Não só é relevante o número de professores treinados, mas também é importante a carga horária desses treinamentos. A tabela 3.3.3 detalha as médias de horas de treinamento por professor (tanto treinados quanto não treinados) entre os anos de 1995 e 1997, de acordo com a questão levantada pelo SAEB/97.

Na média nacional, cada professor da 4ª série recebeu, nesses 3 anos, uma média de 63,2 horas de capacitação, destacando-se a rede particular, com média de 88,5 horas por professor, enquanto as redes estadual e municipal apresentam médias bem mais baixas: 54,5 e 56,8 horas, respectivamente.

As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste não só capacitaram maior proporção de professores, mas também as cargas horárias são maiores do que as das regiões Norte e Nordeste. Novamente, a carga horária dos professores da zona urbana foi maior que a dos da zona rural.

SÉRIE ESTUDOS

No caso da 8ª série, a média nacional de horas de capacitação por professor cai para 48,2, e também a média da região Sudeste cai para nível mais baixo, equivalente aos das regiões Norte e Nordeste. Assim, com médias acima de 50 horas de capacitação só ficam as regiões Sul e Centro-Oeste.

Tabela 3.3.3
Média de Horas de Capacitação Recebida pelos
Professores da 4ª Série entre 1995 e 1997
por Zona, Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Dependência Administrativa			Localização		Total
	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
AC	50,4	57,7	52,9	53,2		53,2
AM	59,8	70,5	71,3	65,6		65,6
AP	44,3	67,7	120,8	63,6		63,6
PA	41,0	110,8	83,8	65,1		65,1
RO	40,2	41,1	62,9	46,3		46,3
RR	49,6	52,5	12,0	44,4		44,4
TO	71,5	46,3	45,3	56,1		56,1
<i>Norte</i>	50,9	59,8	67,2	57,0		57,0
AL	32,1	58,7	28,2	40,6	51,2	44,0
BA	61,4	56,0	122,2	90,8	36,5	75,1
CE	80,4	49,1	33,1	60,7	39,5	52,6
MA	48,6	82,4	100,6	77,4	54,0	69,7
PB	20,0	21,7	98,0	52,4	14,5	39,2
PE	49,7	64,7	58,9	70,7	41,8	57,2
PI	25,0	56,5	97,7	70,3	39,6	61,2
RN	39,1	55,4	119,6	79,8	36,4	66,9
SE	19,1	34,0	27,1	30,4	14,5	26,9
<i>Nordeste</i>	43,0	53,7	75,9	64,1	38,0	55,5
ES	46,4	53,4	151,9	82,1	54,4	77,6
MG	63,8	63,0	117,6	79,5	62,4	72,1
RJ	46,7	33,4	67,1	49,4	31,0	42,4
SP	43,4	36,4	68,2	46,8	46,2	46,6
<i>Sudeste</i>	52,0	44,7	106,8	66,7	49,4	60,8
PR	101,5	52,7	122,5	83,2	67,8	81,0
RS	42,4	33,3	88,7	56,9	57,5	57,0
SC	88,6	74,2	122,6	84,9	97,9	87,9
<i>Sul</i>	70,3	59,9	106,7	74,4	81,1	75,6
DF	83,1		66,3	79,3	77,9	78,9
GO	33,0	69,4	112,7	68,0	56,3	65,1
MS	53,9	67,2	133,6	87,8	54,3	85,6
MT	113,1	77,5	131,6	111,1	73,5	99,0
<i>Centro-Oeste</i>	73,7	72,2	112,7	87,0	69,5	83,0
Total	54,5	56,8	88,5	66,9	49,8	63,2

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.3.4
Média de Horas de Capacitação Recebida pelos
Professores da 8ª Série entre 1995 e 1997
por Zona, Dependência Administrativa e UF

UF/ Região	Dependência Administrativa			Localização		Total
	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
AC	47,2	61,1	47,1	50,8		50,8
AM	44,6	45,0	51,8	46,1		46,1
AP	62,1	58,5	68,1	62,5		62,5
PA	71,1	61,4	59,9	66,7		66,7
RO	36,4	37,1	35,1	36,1		36,1
RR	35,0	,	14,0	34,5		34,5
TO	29,6	26,9	39,3	30,8		30,8
<i>Norte</i>	<i>46,2</i>	<i>45,9</i>	<i>49,0</i>	<i>46,7</i>		<i>46,7</i>
AL	9,8	59,0	37,8	40,4	24,1	38,4
BA	25,1	49,7	79,7	55,2	26,0	50,7
CE	44,4	81,6	57,3	63,4	55,0	61,6
MA	20,8	49,0	73,2	41,5	30,0	40,2
PB	31,1	18,3	44,7	38,5	6,0	33,8
PE	29,8	55,1	41,7	48,5	16,5	42,7
PI	27,8	42,8	47,8	36,8	63,3	39,4
RN	41,4	29,7	59,5	42,3	52,1	43,6
SE	35,2	47,0	50,9	48,2	17,5	43,5
<i>Nordeste</i>	<i>29,4</i>	<i>49,4</i>	<i>54,4</i>	<i>45,7</i>	<i>31,6</i>	<i>43,7</i>
ES	7,4	44,8	54,6	41,5	4,5	38,1
MG	74,4	28,5	80,0	62,2	37,1	57,2
RJ	8,4	31,8	61,7	39,1	13,6	32,6
SP	39,7	48,1	63,1	49,2	48,1	48,9
<i>Sudeste</i>	<i>33,5</i>	<i>38,6</i>	<i>61,7</i>	<i>47,0</i>	<i>31,2</i>	<i>43,7</i>
PR	99,2	53,9	76,4	78,9	81,9	79,6
RS	42,2	28,7	64,9	48,0	75,3	50,5
SC	50,9	78,0	60,7	62,0		62,0
<i>Sul</i>	<i>66,3</i>	<i>58,8</i>	<i>66,1</i>	<i>62,2</i>	<i>80,2</i>	<i>64,5</i>
DF	47,5		61,5	49,0	69,3	53,5
GO	59,8	54,3	77,5	63,9	33,3	63,0
MS	48,9	57,6	47,8	50,0	58,5	51,0
MT	50,6	33,2	52,9	44,7	84,3	46,7
<i>Centro-Oeste</i>	<i>51,7</i>	<i>50,5</i>	<i>59,0</i>	<i>52,6</i>	<i>64,6</i>	<i>53,9</i>
Total	43,5	47,4	56,6	48,9	42,3	48,2

Fonte: SAEB/97.

É possível afirmar que todo esse esforço de capacitação teve resultados, originou melhoras no desempenho escolar? As tabelas 3.3.5 a 3.3.8 representam uma tentativa de resposta. Vê-se que, embora se registre um único caso negativo - na rede municipal, 8ª série, ciências -, em que o grupo de professores não treinados apresenta melhor aproveitamento que o dos treinados, as diferenças de proficiência ajustada entre ambos os grupos são muito reduzidas e enquadráveis na margem de erro da amostra (salvo no caso da 4ª série, na rede estadual, em que as diferenças resultam estatisticamente significativas para $p < 0,05$).

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 3.3.5
Proficiência e NEF dos Alunos da 4ª Série
segundo Capacitação do Professor durante 1997
por Dependência Administrativa

Teve capacitação?	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Sim	177	168	227	182	2,80	2,63	4,46	2,99	177	168	223	180
Não	167	167	197	169	2,81	2,68	3,68	2,82	167	166	218	173
Total	174	167	222	178	2,80	2,64	4,33	2,94	174	167	222	178

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.3.6
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª série - Ciências
segundo Capacitação do Professor durante 1997
por Dependência Administrativa

Teve capacitação?	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Sim	249	243	293	256	3,16	2,90	4,58	3,37	246	242	293	251
Não	238	235	293	244	2,79	2,65	4,53	2,99	241	239	294	250
Total	243	240	293	250	2,98	2,84	4,57	3,20	243	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Tabela 3.3.7
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Matemática
segundo Capacitação do Professor durante 1997
por Dependência Administrativa

Teve capacitação?	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Sim	245	242	303	254	2,97	2,57	4,45	3,14	243	243	303	251
Não	237	235	299	246	2,65	2,60	4,41	2,91	240	236	300	250
Total	241	239	301	250	2,83	2,63	4,44	3,04	241	239	301	250

Fonte: SAKB/97.

Tabela 3.3.8
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Português
segundo Capacitação do Professor durante 1997
por Dependência Administrativa

Teve capacitação?	Proficiência Observada				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Sim	246	239	289	253	3,08	2,72	4,57	3,31	245	240	288	250
Não	241	247	282	246	2,90	2,88	4,50	3,05	242	245	283	249
Total	244	242	286	250	3,00	2,79	4,54	3,20	244	242	286	250

Fonte: SAEB/97.

3.4 EXPERIÊNCIA DOCENTE

Considerando-se a experiência dos professores da 4ª série, vemos que são poucos os alunos (2,1% do total) que estudam com professores desprovidos de experiência (menos de 1 ano). Já 16,5% dos alunos estudam com professores que se poderiam qualificar como de baixa experiência (de 1 a 5 anos de magistério). A maior parte dos alunos da 4ª série (mais de 65%) estuda com professores que possuem entre 6 e 20 anos de exercício do magistério.

Um fato que se pode observar na tabela 3.4.1 é que professores mais experientes tendem a lecionar para alunos de melhor nível social.

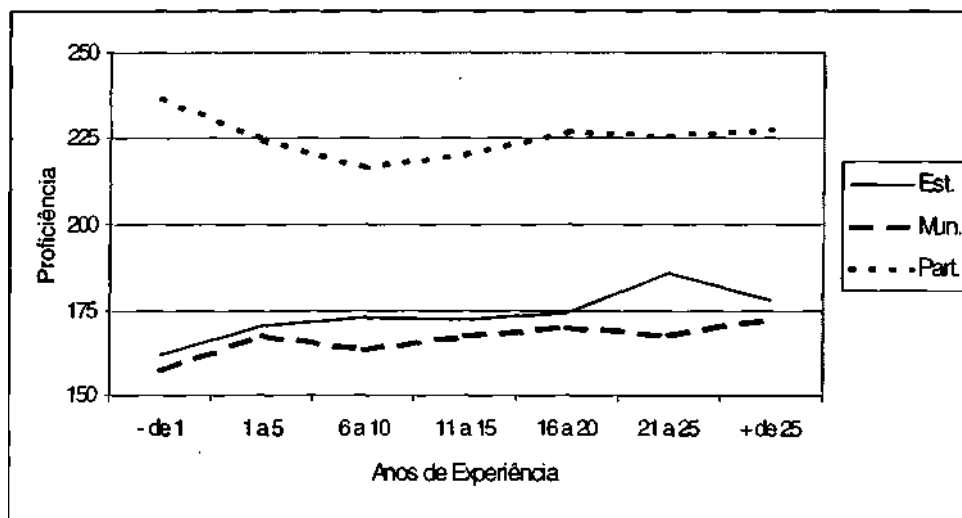
Pela mesma tabela, e pelo gráfico 3.4.1, pode-se observar que, se nas redes estadual e municipal existe tendência de melhor aproveitamento dos alunos se o professor tem maior experiência, acontece o contrário na rede particular de ensino: professores com menor experiência obtêm melhores resultados.

Tabela 3.4.1
Proficiência e NEF dos Alunos da 4ª Série
segundo Anos de Experiência do Professor no Magistério
por Dependência Administrativa

Anos de Experiência do Professor	% de Alunos				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Menos de 1 ano	1,8	3,0	0,9	2,1	2,69	2,28	3,49	2,54	162	158	237	170
De 1 a 5 anos	15,6	19,3	12,8	16,5	2,60	2,60	3,92	2,73	171	168	224	177
De 6 a 10 anos	24,1	28,8	23,5	25,6	2,72	2,63	4,20	2,86	173	164	216	176
De 11 a 15 anos	23,1	17,7	34,0	22,7	2,90	2,63	4,35	3,11	173	168	220	177
De 16 a 20 anos	19,3	14,6	12,4	16,9	2,86	2,54	4,52	2,92	174	170	227	180
De 21 a 25 anos	8,4	9,5	11,0	9,1	2,91	2,84	4,60	3,15	186	168	226	184
Mais de 25 anos	7,6	7,2	5,2	7,2	2,93	2,97	4,68	3,11	178	173	228	181
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,80	2,64	4,33	2,94	174	167	222	178

Fonte: SAEB/97.

Gráfico 3.4.1
Anos de Experiência x Proficiência 4ª Série



Da análise dos resultados de idênticos procedimentos aplicados para as três disciplinas da 8ª série (tabelas 3.4.2 a 3.4.4 e gráficos 3.4.2 a 3.4.4) é possível verificar que:

(a) também nesses casos são poucos os alunos que estudam com professores carentes de experiência (menos de 1 ano de magistério). A maior proporção registra-se na área de ciências, em que 5,2% dos alunos estudam com professores com menos de 1 ano de magistério (devido, fundamentalmente, às elevadas taxas da rede estadual); e

(b) em geral, são professores mais antigos que os da 4ª série: 26% dos alunos de ciências, 24,7% dos de matemática e 24% dos de português têm professores com mais de 20 anos de experiência, ao passo que, na 4ª série, essa proporção é de 14,3%.

Tabela 3.4.2
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Ciências
segundo Anos de Experiência do Professor no Magistério
por Dependência Administrativa

Anos de Experiência do Professor	% de Alunos				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Menos de 1 ano	6,9	0,6	2,7	5,2	3,10	2,34	4,15	3,17	242	239	305	249
De 1 a 5 anos	21,7	16,1	12,8	19,4	3,09	2,48	4,36	3,14	239	244	294	247
De 6 a 10 anos	10,0	27,0	29,2	15,7	2,82	2,93	4,54	3,35	237	241	296	250
De 11 a 15 anos	18,6	21,4	16,4	18,7	3,04	2,66	4,58	3,18	250	245	291	255
De 16 a 20 anos	14,8	14,4	16,6	15,0	2,79	2,87	4,61	3,12	244	238	291	252
De 21 a 25 anos	21,3	10,1	13,2	18,3	2,95	2,45	4,75	3,11	245	233	293	252
Mais de 25 anos	6,7	10,4	9,1	7,7	3,35	3,53	4,74	3,65	244	238	290	248
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,98	2,84	4,57	3,20	243	240	293	250

Fonte: SAEB/97.

Gráfico 3.4.2
Anos de Experiência x Proficiência 8ª Série - Ciências

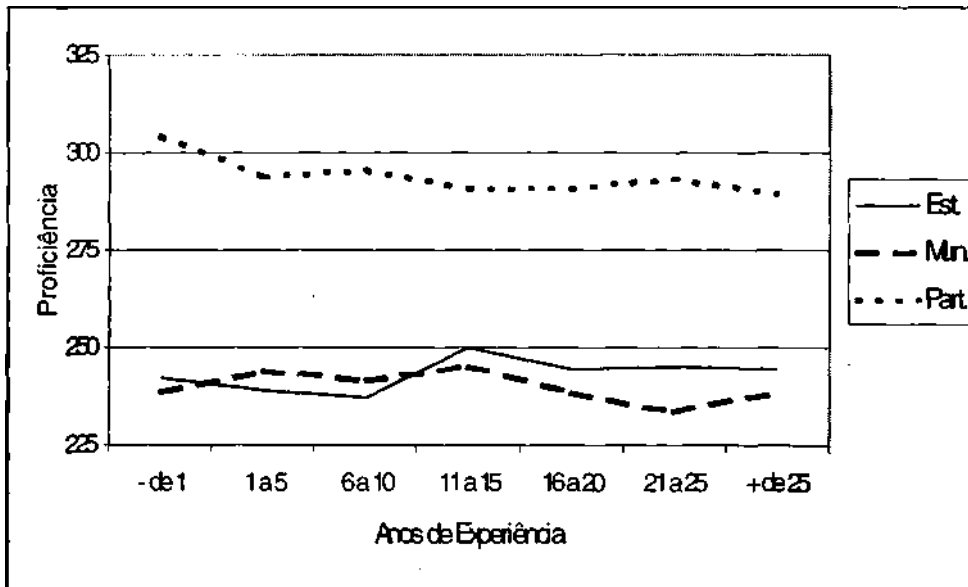


Tabela 3.4.3
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Matemática
segundo Anos de Experiência do Professor no Magistério
por Dependência Administrativa

Anos de Experiência do Professor	% de Alunos				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Menos de 1 ano	2,4	1,3	0,4	1,9	2,76	2,47	3,97	2,77	232	230	285	240
De 1 a 5 anos	17,3	16,4	13,2	16,5	2,51	2,23	4,10	2,67	238	237	294	249
De 6 a 10 anos	10,3	28,4	16,2	14,0	2,61	2,61	4,23	2,9	240	237	301	251
De 11 a 15 anos	24,9	13,2	20,5	22,4	2,84	2,42	4,43	3,03	235	238	300	245
De 16 a 20 anos	20,1	20,4	22,1	20,5	3,05	2,66	4,49	3,23	246	244	314	255
De 21 a 25 anos	12,0	11,1	17,3	12,7	3,14	2,92	4,66	3,44	247	247	300	253
Mais de 25 anos	13,0	9,2	10,4	12,0	3,08	2,77	4,72	3,26	248	244	299	252
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,83	2,63	4,44	3,04	241	239	301	250

Fonte: SAEB/97.

SÉRIE ESTUDOS

Gráfico 3.4.3
Anos de Experiência x Proficiência 8ª Série - Matemática

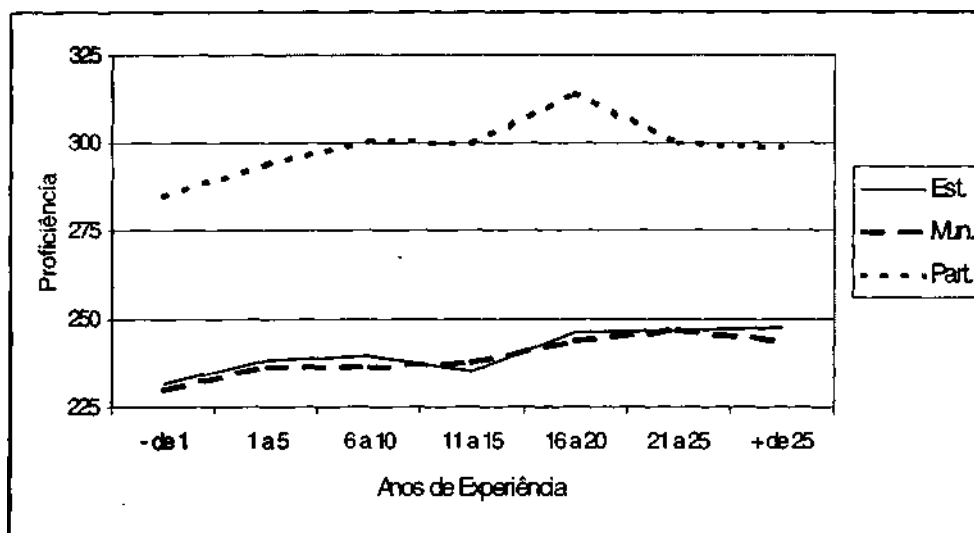
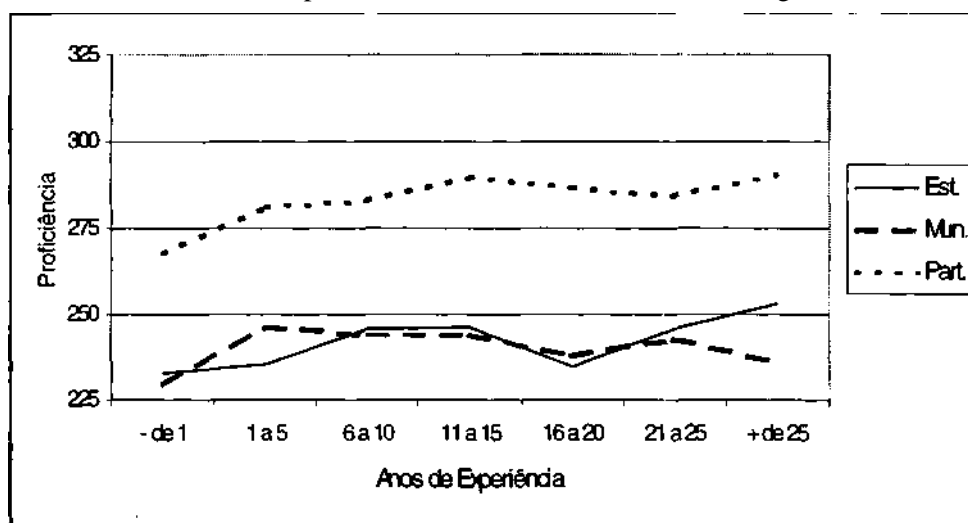


Tabela 3.4.4
Proficiência e NEF dos Alunos da 8ª Série - Português
segundo Anos de Experiência do Professor no Magistério
por Dependência Administrativa

Anos de Experiência do Professor	% de Alunos				NEF				Proficiência Ajustada			
	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total
Menos de 1 ano	3,5	1,0	0,1	2,6	1,70	2,27	3,77	1,75	233	229	268	245
De 1 a 5 anos	14,6	9,0	7,2	12,6	2,92	2,48	4,32	2,99	236	246	281	243
De 6 a 10 anos	28,8	20,4	16,8	25,7	2,95	2,58	4,36	3,04	246	244	283	251
De 11 a 15 anos	20,1	26,8	19,1	21,0	3,13	2,89	4,45	3,26	247	244	290	252
De 16 a 20 anos	12,5	18,6	16,8	14,1	3,11	2,75	4,55	3,29	235	238	286	244
De 21 a 25 anos	11,1	13,0	15,7	12,1	3,17	3,09	4,81	3,47	246	243	284	250
Mais de 25 anos	9,4	11,2	24,2	11,9	3,13	2,87	4,66	3,56	253	236	290	256
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	3,00	2,79	4,54	3,20	244	242	286	250

Fonte: SAEB/97.

Gráfico 3.4.4
Anos de Experiência x Proficiência 8ª Série - Português



4 OUTROS RECURSOS HUMANOS

Além de contar com direção e professores, a escola configura-se como um microuniverso no qual diversas personagens atuam em apoio, prestando serviços pedagógicos, administrativos ou gerais. A função do presente capítulo é tentar, a partir dos dados do LSE97/98, verificar a distribuição e a incidência desses recursos humanos nas unidades escolares.

Em primeiro lugar, considere-se a coordenação e/ou supervisão pedagógica: 32,4% das escolas trabalhadas pelo LSE97/98 têm pessoal desempenhando essa função (tabela 4.1). As proporções são bem mais expressivas na rede estadual (50,6% das escolas) do que na municipal (23,1%), e é uma função típica das escolas urbanas (só 5,7% das escolas rurais a apresentam).

Considerado o conjunto das 13.047 escolas levantadas pelo LSE, a média total é de 0,7 supervisores/coordenadores pedagógicos por unidade escolar. Consideradas exclusivamente as escolas que contam com a função, a média eleva-se para 2,1 supervisores/coordenadores pedagógicos por escola. Regionalmente, destaca-se o Centro-Oeste, com mais da metade das escolas (51,6%); na região Norte, essa proporção cai para 15,9%.

O gráfico 1 permite a verificação da relação entre essa função e o tamanho da escola. Praticamente inexistente em escolas com 1 sala de aula, sua incidência aumenta rapidamente até escolas com 6 salas de aula: 60% das unidades escolares apresentam a função. A partir desse ponto, o crescimento é constante, mas relativamente lento, passando para 80% de incidência só nas escolas com 19 salas de aula.

TABELA 4.1
Escolas com Coordenação Pedagógica/Supervisão
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	% Escolas com Coord. Pedag./Supervisão				Total
				Dep. Administ.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	0,2	2,0	14,2	6,5	51,7	2,1	10,7
AM	1.424	0,3	2,0	39,1	7,6	45,2	0,6	13,2
AP	280	0,8	2,8	30,5	29,8	70,8	5,7	30,4
BA	1.774	0,3	2,2	30,3	8,9	37,2	0,9	13,6
BO	1.203	0,2	2,1	38,6	3,1	70,2	1,2	11,4
RR	211	0,5	1,6	25,6	75,0	83,6	1,4	27,5
TO	644	0,8	2,3	81,8	19,6	86,3	7,6	33,4
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>0,3</i>	<i>2,2</i>	<i>32,1</i>	<i>8,7</i>	<i>53,5</i>	<i>1,9</i>	<i>15,9</i>
AL	270	1,4	2,5	69,4	47,8	68,7	23,6	56,7
BA	921	0,8	1,8	58,8	36,6	48,2	30,0	45,6
CE	771	0,6	1,7	37,5	30,9	44,6	5,2	32,9
MA	304	1,2	2,8	55,9	32,7	66,5	17,1	43,8
PB	362	1,9	3,1	52,1	66,5	70,8	9,4	59,9
PE	768	0,9	1,7	53,0	56,1	58,0	23,9	54,7
PI	753	0,4	1,2	54,3	24,5	52,4	18,9	31,9
RN	237	2,8	3,6	87,0	66,7	84,1	5,9	78,5
SE	212	1,7	2,8	73,7	42,6	67,4	10,7	59,9
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>1,0</i>	<i>2,2</i>	<i>57,3</i>	<i>39,8</i>	<i>57,4</i>	<i>17,0</i>	<i>46,8</i>
GO	1.179	1,1	2,2	87,2	33,3	81,7	5,2	51,5
MS	298	1,0	1,8	75,0	45,0	79,4	18,0	53,0
MT	591	0,8	1,6	93,1	33,8	86,5	15,6	51,3
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>1,0</i>	<i>2,0</i>	<i>87,3</i>	<i>35,2</i>	<i>82,6</i>	<i>10,5</i>	<i>51,6</i>
Total	13.047	0,7	2,1	50,6	23,1	61,1	5,7	32,4

Fonte: LSE97/98.

* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que contam com coordenação/supervisão.

Outra função relevante para o dia-a-dia das escolas é a de secretário. Na área trabalhada pelo LSE, 39,5% das escolas contam com essa categoria. Novamente aqui, as escolas da rede estadual (65,2% têm secretário) mais que duplicam a proporção da rede municipal (26,3%). Da mesma forma, é uma função praticamente inexistente nas escolas rurais (só 6,5% das escolas).

É uma função que acompanha estreitamente o tamanho da escola (ver gráfico 4.1). Inexistente em escolas com 1 sala de aula, sua incidência cresce rapidamente, até atingir praticamente 80% das escolas com 7 salas de aula. A partir desse ponto, apresenta lento crescimento associado ao tamanho da escola

Considerado o conjunto das escolas, existe uma média de 0,4 secretário por escola, que se eleva para 1,1 no grupo das escolas que contam com secretário.

Tabela 4.2
Escolas com Secretário
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	% Escolas com Secretário				Total
				Dep. Administr.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	0,2	1,0	26,1	11,1	90,3	4,6	19,3
AM	1.424	0,2	1,1	68,4	12,0	69,2	3,3	22,0
AP	280	0,6	1,4	42,6	33,3	85,8	13,2	40,7
PA	1.774	0,3	1,1	67,2	16,7	75,2	2,3	27,8
RO	1.203	0,2	1,1	45,4	4,3	78,7	2,6	13,9
R.R.	211	0,3	1,1	21,2	87,5	61,2	6,3	23,7
TO	644	0,3	1,0	81,8	18,4	86,7	6,0	32,5
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>0,3</i>	<i>1,1</i>	<i>48,0</i>	<i>12,9</i>	<i>76,9</i>	<i>3,8</i>	<i>23,6</i>
AL	270	0,2	1,1	11,7	28,9	27,8	5,6	21,9
BA	921	0,7	1,1	78,6	53,6	67,6	40,0	63,7
CE	771	0,6	1,0	97,5	44,1	82,5	9,2	60,7
MA	304	0,3	1,1	39,3	26,4	42,7	20,7	32,6
PB	362	1,0	1,5	72,1	62,4	77,2	18,8	66,9
PE	768	0,7	1,0	91,8	53,0	75,7	22,5	70,8
PI	753	0,5	1,4	87,8	19,9	84,2	6,7	36,8
RN	237	0,8	1,5	52,2	48,5	54,1	5,9	50,6
SE	212	0,8	1,1	91,5	56,4	83,2	28,6	75,9
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>0,6</i>	<i>1,1</i>	<i>75,7</i>	<i>42,4</i>	<i>70,4</i>	<i>14,4</i>	<i>55,6</i>
GO	1.179	0,6	1,0	84,6	39,3	85,3	7,5	54,6
MS	298	0,7	1,1	92,5	48,6	83,5	29,7	60,4
MT	591	0,5	1,0	90,2	26,1	84,8	4,8	45,0
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>0,5</i>	<i>1,0</i>	<i>87,1</i>	<i>36,9</i>	<i>84,9</i>	<i>9,8</i>	<i>52,7</i>
Total	13.047	0,4	1,1	65,2	26,3	74,9	6,5	39,5

Fonte: LSE97/98.

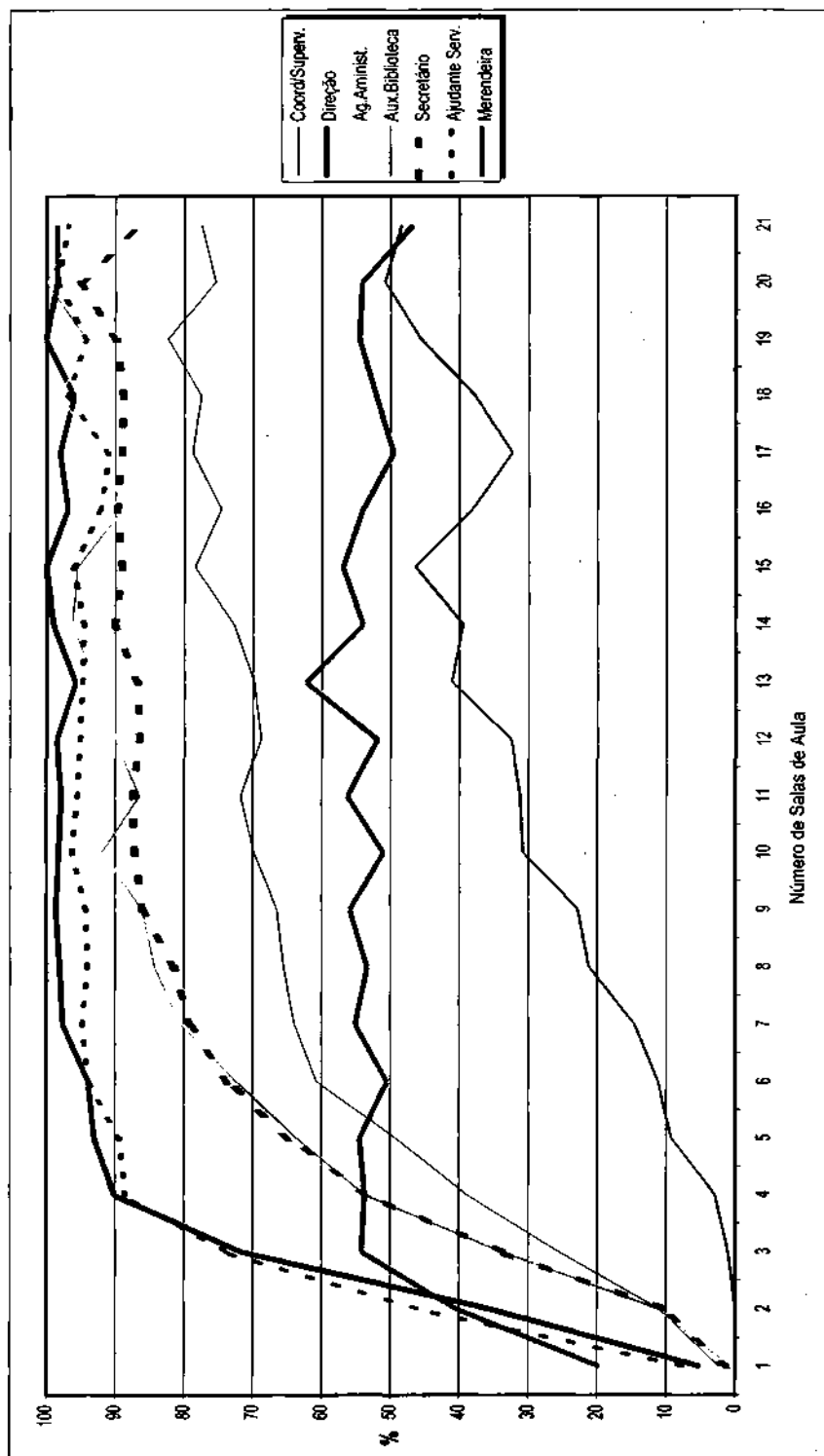
* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que contam com secretário.

Só 40,4% das escolas da área trabalhada pelo LSE contam com agentes administrativos. Na rede estadual, essa taxa é bem maior: 68,7%. Já na rede municipal, essa função aparece em 25,8% das escolas. Na zona urbana, mais de três quartos das escolas contam com agentes administrativos, personagem quase inexistente na zona rural (aparece em 5,6% das escolas).

Desagregados os dados por tamanho da escola (gráfico 4.1), vê-se que é uma função que acompanha de perto a existência de secretário, e tem, portanto, o mesmo tipo de evolução.

Gráfico 4.1
Recursos Humanos x Tamanho da Escola



QUALIDADE E RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Tabela 4.3
Escolas com Agentes Administrativos
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	% Escolas com Agentes Administrativos				Total
				Dep. Administr.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	0,7	5,3	17,6	7,8	69,0	1,6	13,1
AM	1.424	1,3	5,0	85,8	12,2	83,1	2,4	25,3
AP	280	1,6	5,5	29,6	26,3	71,7	2,9	28,9
PA	1.774	1,2	4,0	74,4	15,9	77,3	2,6	28,7
RO	1.203	0,4	3,5	37,9	4,2	71,3	1,8	12,1
RR	211	0,5	2,9	13,8	75,0	47,8	1,4	16,1
TO	644	0,8	2,9	80,4	12,2	79,1	2,1	27,3
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>0,9</i>	<i>4,2</i>	<i>46,3</i>	<i>11,6</i>	<i>76,1</i>	<i>2,2</i>	<i>22,2</i>
AL	270	2,4	3,6	73,0	61,6	78,3	33,3	66,3
BA	921	3,1	4,4	81,0	62,0	73,3	47,7	69,7
CE	771	2,9	4,7	90,4	49,9	81,4	17,9	62,5
MA	304	4,0	6,5	80,7	43,4	88,4	29,3	61,2
PB	362	4,9	6,4	87,3	66,5	87,9	20,3	76,0
PE	768	2,5	3,5	92,9	53,0	76,7	18,3	71,4
PI	753	1,3	4,2	80,3	14,4	74,0	3,5	30,8
RN	237	7,3	8,7	90,6	75,8	89,1	23,5	84,4
SE	212	5,1	7,8	83,1	44,7	73,9	14,3	66,0
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>3,1</i>	<i>5,0</i>	<i>85,4</i>	<i>47,7</i>	<i>78,7</i>	<i>18,0</i>	<i>62,7</i>
GO	1.179	1,9	3,9	88,2	28,4	76,6	5,4	48,5
MS	298	1,0	2,2	90,0	28,9	71,8	10,2	45,3
MT	591	1,3	3,0	90,8	24,0	79,1	7,8	43,7
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>1,6</i>	<i>3,4</i>	<i>89,1</i>	<i>27,2</i>	<i>76,5</i>	<i>6,9</i>	<i>46,7</i>
Total	13.047	1,8	4,5	68,7	25,8	77,6	5,6	40,4

Fonte: L. SE97/98.

* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que contam com agentes administrativos.

Já a função de auxiliar de biblioteca (tabela 4.4) é bastante escassa no meio escolar: só 10,2% das escolas contam com recursos humanos para essa função, com incidência bem maior na rede estadual (18,9%) do que na municipal (5,7%); a função praticamente inexistente nas escolas rurais (0,4%).

Pelo gráfico 4.1, pode-se verificar que recém aparece em escolas com 3 salas de aula, e cresce lentamente até escolas com 20 salas de aula, em que atinge a marca de 50%.

Tomando-se como base o total de escolas, a média é de 0,2 auxiliar de biblioteca. Já nas escolas que têm pessoal desempenhando essa função, a média é de 2 auxiliares por escola.

SÉRIE ESTUDOS

Outro serviço demandado nas escolas é o de preparação da merenda escolar. Pela tabela 4.5, pode-se verificar que 38,6% das escolas contam com pessoal específico para atender a essa necessidade. Nesse caso, a presença de merendeira na rede estadual (38,3%) é quase idêntica à da rede municipal (38,7%), mas bem mais freqüente na zona urbana (53,9%) do que na rural (24,3%).

A análise do comportamento dessa função relacionada com o do tamanho da escola revela uma evolução atípica. Já presente em aproximadamente 20% das escolas com 1 sala de aula, salta rapidamente para 54,1% em escolas com 3 salas. A partir desse ponto, com algumas oscilações, mantém-se no mesmo patamar, independentemente do tamanho da escola.

Tabela 4.4
Escolas com Auxiliares de Biblioteca
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	% Escolas com Auxiliar de Biblioteca				Total
				Dep. Administr.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	0,1	2,7	6,1	3,1	26,2	0,3	4,7
AM	1.424	0,2	1,9	25,3	5,3	30,8	0,2	8,8
AP	280	0,3	2,0	17,9	12,3	41,5	1,7	16,8
PA	1.774	0,1	1,9	11,5	2,3	12,2	0,1	4,3
RO	1.203	0,1	2,0	20,7	1,2	36,0	0,5	5,7
RR	211	0,4	2,3	12,3	87,5	47,8	0,0	15,2
TO	644	0,3	1,9	51,0	3,4	42,2	0,2	14,0
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>0,2</i>	<i>2,1</i>	<i>17,1</i>	<i>3,3</i>	<i>27,0</i>	<i>0,3</i>	<i>7,5</i>
AL	270	0,1	1,8	9,0	4,4	8,6	0,0	6,3
BA	921	0,1	1,5	7,2	2,7	4,9	2,3	4,6
CE	771	0,3	1,8	43,3	7,3	25,8	1,3	18,5
MA	304	0,1	2,8	6,9		6,1	0,0	3,3
PB	362	0,1	1,9	6,1	6,1	7,4	0,0	6,1
PE	768	0,5	2,1	41,9	12,3	28,6	0,0	25,9
PI	753	0,2	1,9	23,9	3,0	20,2	0,7	8,2
RN	237	1,3	2,6	55,8	37,4	51,8	0,0	48,1
SE	212	0,3	2,3	16,9	4,3	13,0	0,0	11,3
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>0,3</i>	<i>1,9</i>	<i>24,6</i>	<i>6,6</i>	<i>18,4</i>	<i>0,7</i>	<i>13,8</i>
GO	1.179	0,2	2,2	2,3	15,5	17,6	0,9	11,0
MS	298	0,1	1,3	2,5	12,8	17,6	0,0	10,1
MT	591	0,1	1,5	23,6	3,6	18,9	0,0	9,5
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>0,2</i>	<i>1,9</i>	<i>8,0</i>	<i>11,6</i>	<i>18,0</i>	<i>0,5</i>	<i>10,4</i>
Total	13.047	0,2	2,0	18,9	5,7	20,7	0,4	10,2

Fonte: L.SE97/98.

* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que contam com auxiliares de biblioteca.

Tabela 4.5
Escolas com Merendeira
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	% Escolas com Merendeira				Total
				Dep. Administr.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	0,2	2,0	12,0	8,5	29,0	6,6	10,4
AM	1.424	0,1	1,8	14,2	2,5	8,7	2,9	4,6
AP	280	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PA	1.774	0,4	1,9	16,7	22,7	22,9	20,6	21,4
RO	1.203	0,2	2,5	22,5	4,7	34,8	4,3	8,8
RR	211	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TO	644	1,0	2,2	50,3	46,7	60,7	41,1	47,5
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>0,3</i>	<i>2,1</i>	<i>14,9</i>	<i>14,8</i>	<i>23,6</i>	<i>11,5</i>	<i>14,8</i>
AL	270	1,5	2,3	59,5	64,2	73,2	31,9	62,2
BA	921	1,6	2,2	71,4	69,7	70,8	67,7	70,4
CE	771	1,5	2,0	81,3	76,3	85,6	59,4	77,8
MA	304	0,5	2,4	1,4	40,3	25,0	17,9	21,7
PB	362	1,4	2,5	10,3	91,9	50,0	76,6	54,7
PE	768	1,5	1,6	86,4	91,6	89,2	90,1	89,2
PI	753	1,3	1,6	75,5	79,1	83,2	75,1	78,2
RN	237	2,4	2,5	97,1	97,0	97,3	94,1	97,0
SE	212	1,1	2,6	28,8	54,3	44,0	14,3	40,1
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>1,4</i>	<i>2,0</i>	<i>63,4</i>	<i>76,2</i>	<i>74,4</i>	<i>62,0</i>	<i>71,1</i>
GO	1.179	1,0	2,5	29,7	44,6	33,5	48,8	39,5
MS	298	1,5	2,0	88,8	72,9	88,2	62,5	77,2
MT	591	0,4	1,9	33,3	16,5	27,3	15,6	21,5
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>0,9</i>	<i>2,2</i>	<i>37,9</i>	<i>40,7</i>	<i>39,8</i>	<i>39,8</i>	<i>39,8</i>
Total	13.047	0,8	2,1	38,3	38,7	53,9	24,3	38,6

Fonte: L.SE97/98.

* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que contam com merendeira.

Uma última função apurada pelo LSE foi a de ajudante de serviços gerais. Presente em 55,2% das escolas da área trabalhada, apresenta-se como uma categoria quase universal nas escolas urbanas (92,3% das escolas) e bastante rara nas escolas rurais (só 19,8% das escolas). Na rede estadual, está presente em 78,8% das escolas urbanas e em 43% das escolas rurais.

O LSE apurou que 7,7% das escolas com 1 sala de aula já têm ajudante, proporção que cresce para 46% em escolas com 2 salas e para 74% em escolas com 3 salas. A partir desse ponto, o comportamento é oscilante, mas levemente crescente no patamar de 80% a 90%.

Se na média de todas as escolas existem 3,7 ajudantes de serviços gerais por escola, nas unidades que contam com ajudante essa média eleva-se para 6,7.

SÉRIE ESTUDOS

Tabela 4.6
Escolas com Ajudante de Serviços Gerais
segundo Dependência Administrativa, Localização e UF

UF/ Região	Total de Escolas	Média Total*	Média Específica**	% Escolas com Ajudante de Serviços				Total
				Dep. Administr.		Localização		
				Estadual	Munic.	Urbana	Rural	
AC	845	3,3	12,3	34,6	18,4	95,9	13,0	27,2
AM	1.424	2,5	7,8	92,9	19,0	89,6	9,4	32,1
AP	280	3,1	4,6	70,9	49,1	85,8	54,6	66,4
PA	1.774	2,9	7,2	82,3	27,9	91,8	11,8	39,8
RO	1.203	1,7	10,3	52,1	5,6	89,9	3,7	16,5
RR	211	3,2	14,5	19,7	87,5	56,7	6,3	22,3
TO	644	1,8	5,0	84,6	21,4	91,9	7,9	35,4
<i>Norte</i>	<i>6.381</i>	<i>2,5</i>	<i>7,9</i>	<i>60,5</i>	<i>19,7</i>	<i>89,7</i>	<i>10,7</i>	<i>32,2</i>
AL	270	5,0	5,4	92,8	91,2	92,9	88,9	91,9
BA	921	5,1	5,9	84,8	86,7	87,4	76,9	85,9
CE	771	5,3	5,9	97,1	85,1	93,5	77,7	88,8
MA	304	7,9	8,2	95,9	95,0	97,0	93,6	95,4
PB	362	7,5	8,0	94,5	92,4	97,0	76,6	93,4
PE	768	3,6	4,2	92,6	80,7	91,7	32,4	86,2
PI	753	2,5	4,7	95,2	41,0	95,2	28,6	54,4
RN	237	9,7	10,6	95,7	84,8	95,5	35,3	91,1
SE	212	8,2	8,8	91,5	94,7	94,0	85,7	92,9
<i>Nordeste</i>	<i>4.598</i>	<i>5,2</i>	<i>6,2</i>	<i>92,5</i>	<i>77,5</i>	<i>92,4</i>	<i>58,3</i>	<i>83,4</i>
GO	1.179	3,9	6,1	96,7	47,1	95,9	14,6	63,9
MS	298	4,0	5,9	92,5	59,6	92,9	35,9	68,5
MT	591	3,6	6,1	94,3	44,6	97,0	21,1	59,2
<i>Centro-Oeste</i>	<i>2.068</i>	<i>3,8</i>	<i>6,1</i>	<i>95,5</i>	<i>48,3</i>	<i>95,8</i>	<i>19,8</i>	<i>63,2</i>
Total	13.047	3,7	6,7	78,8	43,0	92,3	20,5	55,2

Fonte: LSE 97/98.

* Média total: toma como base todas as escolas.

** Média específica: toma como base as escolas que contam com ajudante de serviços gerais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos centrais propostos para o presente trabalho foi a verificação da incidência de determinados atributos e características da direção, do professor e da gestão escolar no desempenho escolar dos alunos. Para professor e diretor, aspectos como escolarização, formação, experiência, treinamento, etc. formam parte do leque central de preocupações de decisores e especialistas educacionais no enfrentamento do duro problema da melhoria da qualidade de nosso ensino. No campo da gestão escolar, autonomia e democratização são os lemas colocados na ordem-do-dia. Mas, em realidade, sabe-se pouco ainda sobre os resultados e as conseqüências dessas propostas. A partir das bases de dados do LSE97/98 e do SAEB/97, foi possível

construir indicadores objetivos sobre os resultados desses processos na vida das escolas e no desempenho dos alunos.

Para diretor, níveis de escolarização mais elevados encontram-se positiva e consistentemente associados a melhor desempenho pedagógico da escola - salvo no caso de pós-graduação, que ora apresenta melhores resultados que a graduação, ora piores. Esse comportamento pouco claro também acontece com a certificação pedagógica - habilitação para o magistério no nível médio e licenciatura no superior -, o que dá a entender que são efeitos casuais ou aleatórios, pouco ligados à certificação.

Também a contribuição da formação específica do diretor na área de administração escolar e a sua participação em processos de capacitação ou treinamento, em áreas diretamente ligadas a seu campo de atuação, aparecem com baixo nível de incidência no desempenho escolar dos alunos.

Com referência aos mecanismos de seleção da direção, foi possível verificar que procedimentos universalísticos e democráticos (eleição, concurso público, etc.) apresentam-se como estratégias que originam melhores resultados que mecanismos particularistas (indicação de técnicos ou políticos) de preenchimento do cargo.

Também a existência de projeto pedagógico da escola e a participação dos diversos setores da comunidade escolar em sua formulação aparecem como elementos que contribuem significativamente para o desempenho do aluno.

Mas a existência de conselhos escolares e setores que deles participam apresenta comportamento bem mais errático, e não se configura como possível fonte geradora de melhoria da qualidade escolar. Uma possível explicação para esse fato é que uma parte significativa desses conselhos, constituídos a toque de caixa para atender a exigências legais das fontes de recursos financeiros, podem ter existência meramente formal ou virtual, sem maiores conseqüências para o dia-a-dia das escolas. Como sustentação dessa hipótese, foi verificado que a freqüência das reuniões dos conselhos é uma variável positiva e sistematicamente associada ao desempenho escolar dos alunos.

Nesse campo dos recursos financeiros, foi possível verificar forte associação positiva entre seu repasse direto às escolas e o desempenho dos alunos, e também que, quanto maior é o número de fontes que enviam recursos financeiros diretamente às escolas - e, conseqüentemente, quanto maior é o montante de recursos recebidos -, melhor é o desempenho dos alunos.

Esses elementos permitem concluir-se que há bons indícios de que a autonomia pedagógica e financeira das escolas e a democratização de sua gestão constituem fatores estimulantes da melhoria da qualidade de ensino.

As evidências referentes a professor são semelhantes às já apontadas para a direção:

(a) melhoria do desempenho dos alunos à medida que cresce a escolarização do professor (tanto em níveis de escolarização quanto em anos de estudo). Tanto a certificação pedagógica quanto a pós-graduação apresentam resultados oscilantes, ora melhores, ora piores; e

(b) também a capacitação do professor se apresenta como mecanismo com escasso ou nulo efeito sobre a aprendizagem dos alunos

Quanto à experiência do professor na área de magistério, se tendencialmente encontra-se positivamente associada ao desempenho dos alunos nas redes estadual e municipal, na rede particular acontece o contrário: são os professores menos experientes os que obtêm os melhores resultados.

Um último fato deve ser ainda mencionado. Em todas as variáveis postas em jogo ao longo do trabalho, melhores recursos humanos (professores e diretores mais escolarizados, mais estáveis, mais experientes, etc.) tendem a trabalhar com alunos de melhor nível social. Dada a forte determinação, já indicada na introdução, da proficiência do aluno pelo nível educacional de sua família, o sistema de distribuição de recursos pedagógicos aparece como uma perversão, tendendo a concentrar os melhores serviços nos setores socialmente mais abastados. Se, de forma democrática, todos os alunos deveriam receber os mesmos recursos, pensando-se em termos sociais e pedagógicos, para suprir os déficits e as lacunas existentes, deveriam ser os setores de menor nível os receptores dos melhores recursos.

BIBLIOGRAFIA

- COLEMAN, J. S. *et al. Equality of educational opportunity.*— Washington, DC: Government Printing Office, 1966.
- FRASER, B. Research syntheses on school and instructional effectiveness. *International Journal of Educational Research*, v.13, n.7, 1989.
- HEYNEMAN, S. P. *The search of school effects in developing countries: 1966-1986.*— Washington, DC: International Bank for Reconstruction and Development, 1986. Seminar Paper n.33.
- HEYNEMAN, S. P. e LOXLEY, W A. The effect of primary school quality on academic achievement across twenty-nine high- and low-income countries. *American Journal of Sociology* n.88, 1983.
- JENCKS C. S. *et alii. Inequality: a reassessment of the effects of family and schooling in America.*— New York: Basics Books, 1972.
- MONK, D. H. Subject matter preparation of secondary mathematics and science teachers and student achievement. *Economics of Education Review*, v. 13, n. 2, 1994.
- PLOWDEN, B. *Children and their primary school.* Report of the Central Advisory Council for Education.— London: Her Majesty's Stationery Office, 1967.
- SANDERS, W L. e RÍVERS, J. C. *Cumulative and residual effects of teachers on future student academic achievement.*— Knoxville: University of Tennessee Value-Added Research and Assessment Center, 1996.
- WRIGHT, S. R; HORN, S. Pe SANDERS, W L. Teacher and classroom context effects on student achievement: implications for teacher evaluation. *Journal of Personnel Evaluation in Education*, 1997.

SÉRIE ESTUDOS
OBRAS PUBLICADAS

1. EDUCAÇÃO, ESCOLA E COMUNIDADE — ESTUDO-PILOTO NO ESTADO DA BAHIA
Adélia LUIZA Portela
Eni Santana Barretto Bastos
2. DITOS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR — ESTUDO DE CASOS NO ESTADO DA BAHIA
Paulo Roberto Holanda Gurgel
3. DITOS SOBRE O SUCESSO ESCOLAR — ESTUDO DE CASOS NO ESTADO DA BAHIA
Paulo Roberto Holanda Gurgel
4. CONHECENDO O UNIVERSO DA SALA DE AULA — ESTUDOS DE OBSERVAÇÃO
DE SALA DE AULA NA BAHIA E NO CEARÁ
Adélia Luíza Portela
Eni Santana Barretto Bastos
Sofia Lercher Vieira
Maurício Holanda Maia
Kelma Socorro Lopes de Matos
5. O (DES)CONHECIDO UNIVERSO DA SALA DE AULA — UM ESTUDO DE OBSERVAÇÃO
DE SALA DE AULA NO ESTADO DA BAHIA
Adélia Luíza Portela
Eni Santana Barretto Bastos
6. A UNIFICAÇÃO DOS SISTEMAS ESCOLARES ESTADUAIS E MUNICIPAIS
David Plank
7. CONSEQÜÊNCIAS DA REPETÊNCIA SOBRE O DESEMPENHO EDUCACIONAL
Ricardo Paes de Barros
Rosane Mendonça
8. UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO DESEMPENHO EDUCACIONAL NO BRASIL
Ricardo Paes de Barros
Rosane Mendonça
9. EDUCAÇÃO, ESCOLA E COMUNIDADE: UM ESTUDO-PILOTO NO ESTADO DO CEARÁ
Sofia Lerche Vieira
Maurício Holanda Maia
Kelma Socorro Lopes de Matos
Edvar Araújo Costa
10. SALÁRIO E EDUCAÇÃO NO BRASIL
Ricardo Paes de Barros
Rosane Mendonça
11. TAMANHO DA ESCOLA, AMBIENTES ESCOLARES E QUALIDADE DE ENSINO
Jacobo Wuselfisz
12. TAMANHO DA TURMA: FAZ DIFERENÇA?
Jacobo Waiselfisz
13. SALAS DE AULA, EQUIPAMENTOS E MATERIAL ESCOLAR
Jacobo Haiselfisz
14. QUALIDADE E RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS
Jacobo Waiselfisz